



2021

Relatório De Gestão

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 84/2020, da Decisão Normativa TCU nº 187/2020 e do Guia para elaboração de Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado (TCU, 3ª edição, 2020).

Toda regulamentação interna e materiais mencionados ao longo do relatório podem ser acessados em detalhes no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao/relatorios-de-gestao>.

Sumário

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
.....	
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL	6
.....	
GOVERNANÇA ESTRATÉGICA	11
.....	
RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	18
.....	
GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	20
.....	
GESTÃO DE PESSOAS	28
.....	
GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	36
.....	
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (T.I)	38
.....	
GESTÃO PATRIMONIAL	47
.....	
GESTÃO DE CUSTOS	49
.....	
GESTÃO JUDICIÁRIA	54
.....	
ESCOLA JUDICIÁRIA	60
.....	
CONTROLE INTERNO	63
.....	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	64
.....	

Mensagem do Presidente

Apresento o Relatório de Gestão 2021 do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), instrumento de transparência e prestação de contas do trabalho desenvolvido por esta instituição.

Estão dispostos neste relatório, os valores institucionais, as estratégias de governança e de alocação de recurso, com base nos princípios de eficiência, eficácia, economicidade e sustentabilidade efetuados ao longo do ano de 2021.

Porquanto, ser uma justiça especializada com particularidades, pois além das atividades tipicamente judicantes, desenvolve intensa atividade administrativa, em virtude do planejamento e execução do processo eleitoral. Dentro desse processo se enquadra o planejamento, a execução, o monitoramento e avaliação das eleições.

Foram realizadas as ações de preparação das Eleições Gerais de 2022, dando cumprimento às etapas de regulamentação e logística eleitoral, bem assim à regular prestação jurisdicional, a fim de garantir a normalidade e a legitimidade do processo eleitoral.

Face a pandemia do COVID-19, o ano de 2021, como o de 2020, demonstrou-se atípico que transformou, em grande parte, o trabalho presencial em remoto e forçou a adaptação de modelos tradicionais de gestão, como o atendimento à sociedade no formato eletrônico/virtual.

Outra particularidade da Justiça Eleitoral é a alternância entre anos que há eleições (sejam gerais ou municipais) e anos “não eleitoral”.

O ano de 2021 foi um ano “não eleitoral” e à Administração pode demandar esforços, para o planejamento e implementação de demandas institucionais, com vistas à melhoria na prestação jurisdicional, na eficiência administrativa, realizando diversos projetos, parcerias, acordos de cooperação técnica como por exemplo:

a) Campanha contra a fome na pandemia; b) Semana do Meio Ambiente; c) Projeto ABC DA CIDADANIA; d) Criação do Centro de Memória; e) Parceria com a Casa do Albergado; f) Cooperação técnica com o TRE-PA - Comissão da Transparência do Processo Eletrônico de Votação; g) Projeto CARAVANA DA CIDADANIA; h) Programa CIRCUITO ELEITORAL; i) Capacitação para Partidos Políticos, pretensos Candidatos, Advogados e Contadores; j) Parceria com a Fundação Banco do Brasil - Campanha "Brasileiros pelo Brasil";

A restrição orçamentária, bem como a redução da força de trabalho, tem tornado cada vez mais desafiador o alcance das metas internas ou externas estabelecidas para o Tribunal. Nesse contexto, exige-se maior eficiência da gestão em suas diversas ações, possível a partir da otimização de processos e recursos e de outras iniciativas nesse sentido, já que o contingenciamento de recursos orçamentários constitui forte limitador ao adequado cumprimento do plano estratégico da instituição.

No contexto Desempenho Orçamentário e financeiro foi alcançada a primeira colocação em dados apurados pelo Tribunal Superior Eleitoral, colocando o Tribunal na primeira posição do Ranking Nacional do Desempenho Orçamentário 2021.

Por fim, este presente relatório, reflete a visão e o trabalho desenvolvidos pelos magistrados, servidores e colaboradores deste Tribunal, coerente com a sua estrutura, orçamento e seu planejamento estratégico, com o objetivo de garantir o bom funcionamento e a legitimidade na missão de realizar serviços para sociedade do título ao voto, na preservação do direito de livremente votar e se votado. Temos o compromisso de defender a ordem democrática assegurando que o processo eleitoral continue transparente e seguro.

Desembargador Gilberto de Paula Pinheiro
Presidente do TRE-AP

Visão Geral Organizacional

Atuação da Justiça Eleitoral no Amapá

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá é um órgão colegiado de segundo grau de jurisdição eleitoral, conforme disposto no art. 12 do Código Eleitoral c/c arts. 92, V, 118, II e 121 da Carta Magna.

Em conjunto com os demais órgãos da Justiça Eleitoral possui atuação finalística diretamente vinculada à garantia dos direitos de votar e ser votado, assegurando o pleno exercício da cidadania em suas diversas manifestações.

Realiza, dentre outras atribuições, o alistamento, a organização dos pleitos eleitorais, a fiscalização da propaganda eleitoral, a apuração dos votos, a diplomação dos eleitos, julga os crimes eleitorais, as ações objetivando a cassação do registro, do diploma ou do mandato dos candidatos eleitos ou a declaração de inelegibilidade.

Possui competência originária e recursal para processar e julgar as matérias dispostas nos arts. 29 e 30 do Código Eleitoral, nas Leis complementares nº: 64/1990 e 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), dentre outros normativos específicos da seara eleitoral.

O TRE/AP possui jurisdição em todo o Estado do Amapá e sua sede localiza-se na Capital. Os serviços eleitorais no primeiro grau de jurisdição são realizados nos Cartórios das Zonas Eleitorais. Atualmente são 10 (dez), sendo duas na capital.

Há, ainda, postos de atendimentos em municípios que não sejam sede de Zona Eleitoral.

As localidades de difícil acesso e aldeias no Estado do Amapá são visitadas anualmente em ações itinerantes, seja por via terrestre ou fluvial.



MISSÃO

GARANTIR A LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL, A FIM DE FORTALECER A DEMOCRACIA.



VISÃO DE FUTURO

SER RECONHECIDA PELA SOCIEDADE AMAPAENSE COMO UMA ORGANIZAÇÃO EFETIVA, TRANSPARENTE E CÉLERE.



VALORES INSTITUCIONAIS

ÉTICA, IMPARCIALIDADE, TRANSPARÊNCIA, EFICIÊNCIA, SEGURANÇA, CELERIDADE e COMPROMETIMENTO

Estrutura Organizacional

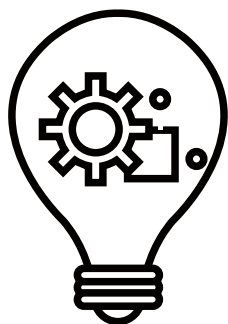
A estrutura organizacional e a lotação dos cargos e comissão e das funções comissionadas criados pelas Leis nº 8.868/1994 e nº 11.202/2005, regulada pela Resolução TRE/AP nº 406/2012 (regulamento da Secretaria) guarda simetria com os critérios estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, aplicáveis a todos os tribunais regionais eleitorais, com fundamento na Resolução TSE nº 22.138/2005.



Modelo de Negócios

Os macroprocessos do Tribunal ainda não foram formalmente homologados. Foram identificados os principais processos, utilizando-se de conhecimentos práticos e conceituais, norteados pelo trabalho desenvolvido pelo Escritório de Processos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os primeiros macroprocessos delineados foram os finalísticos e estão em fase de estudos o delineamento dos macroprocessos de apoio e gerenciais:



MACROPROCESSOS

DE APOIO

São processos transversais que apoiam outros processos internos, sendo indispensáveis para a gestão efetiva do negócio. Administram os recursos da instituição e viabilizam o funcionamento coordenado dos vários subsistemas da organização.

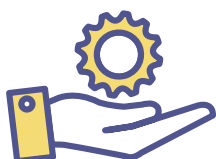
GERENCIAIS

Medem e orientam a gestão da organização. Os processos enquadrados nesta categoria estão diretamente relacionados à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento de metas.

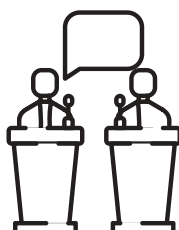
FINALÍSTICOS

Estão ligados à essência da organização e estão diretamente relacionados ao objetivo maior dela. Compreendem o conjunto de processos de trabalho, que geram produto ou serviço ao cliente externo, considerados essenciais à existência da Instituição.

Prestação de
Serviços ao
Cidadão



Logística do
Processo
Eleitoral



Prestação
Jurisdicional
Eleitoral



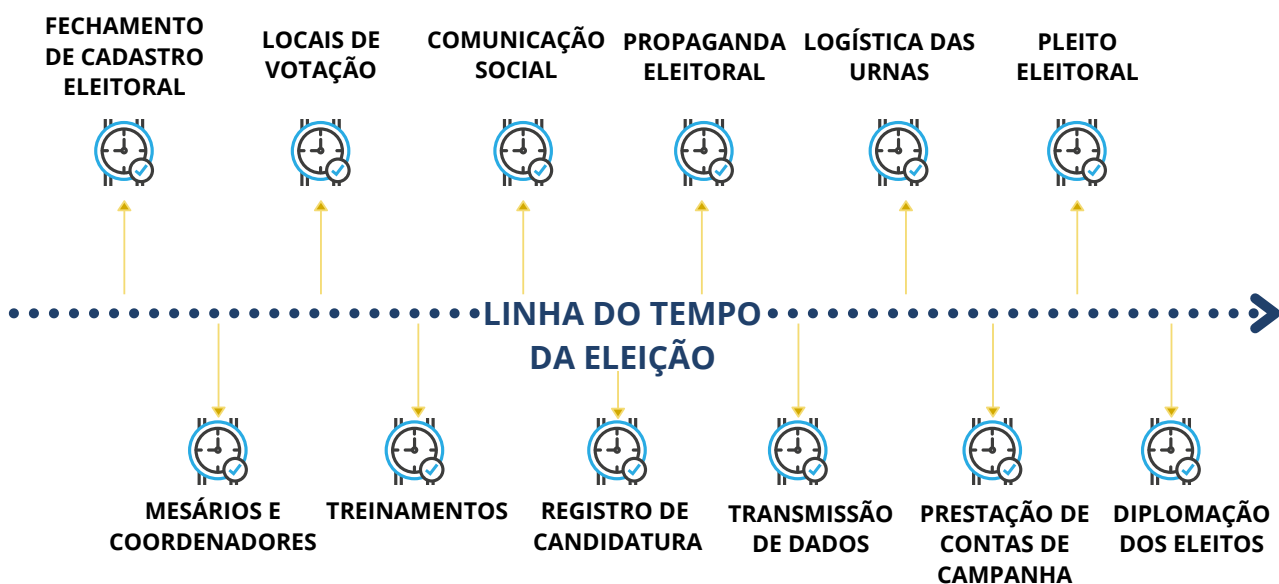
Prestação de Serviços ao Cidadão e aos Partidos Políticos

Abrange serviços relacionados à administração dos dados relativos aos eleitores e candidatos. O Sistema ELO – Eleitor Online – é a principal ferramenta utilizada nas atividades de manutenção do Cadastro Eleitoral.

SEVIÇOS AO CIDADÃO

- Alistamento Eleitoral
- Transferência de Domicílio
- 2ª Via de Título Eleitoral
- Revisão de Dados
- Emissão de Certidões
- Filiação Partidária

Logística do Processo Eleitoral



Prestação Jurisdicional Eleitoral

A Prestação Jurisdicional é subdividida em dois graus de jurisdição: **1º Grau** (Juízes das Zonas Eleitorais) e de **2º Grau** (Juízes do Pleno).

A Secretaria Judiciária e os Cartórios Eleitorais desenvolvem, dentro de suas atribuições funcionais, **atividades de autuação, julgamento e acompanhamento, até o trânsito em julgado, de matérias eleitorais.**

O planejamento das tarefas a serem efetivadas no trâmite normal de processos, bem como nos processos referentes às Eleições, que implicaram em maior aporte de atividades da Secretaria e dos Cartórios.

Para o satisfatório desempenho de suas funções, os servidores da Secretaria e dos Cartórios Eleitorais contaram com o desenvolvimento de espírito de equipe, onde todos foram capacitados e treinados para o desenvolvimento de diversas tarefas, a fim de permitir a efetivação e o cumprimento de prazos e o regular andamento dos processos.

A sazonalidade bienal da realização de eleições em anos pares implica em uma intensa carga de trabalho, principalmente nas Zonas Eleitorais com os procedimentos: Registro de Candidaturas, Fiscalização da Propaganda Eleitoral, Registro de Comitês Financeiros, além das demais atividades afetas ao pleito, em especial, a toda a logística da eleição.

Na ocorrência de recursos eleitorais, medidas cautelares, mandados de segurança, dentre outros, inclusive administrativos e os relacionados aos procedimentos de eleição podem ser impetrados em segundo grau de jurisdição e concomitantemente aos demais processos de competência originária deste Tribunal são processados e julgados pelo Pleno.

Embora não possuindo unidade específica em sua estrutura para tratar da gestão por processos, em razão da escassez de pessoal, todos os macroprocessos foram conduzidos buscando-se sempre desenvolvê-los no sentido de alcançar os objetivos estratégicos institucionais.

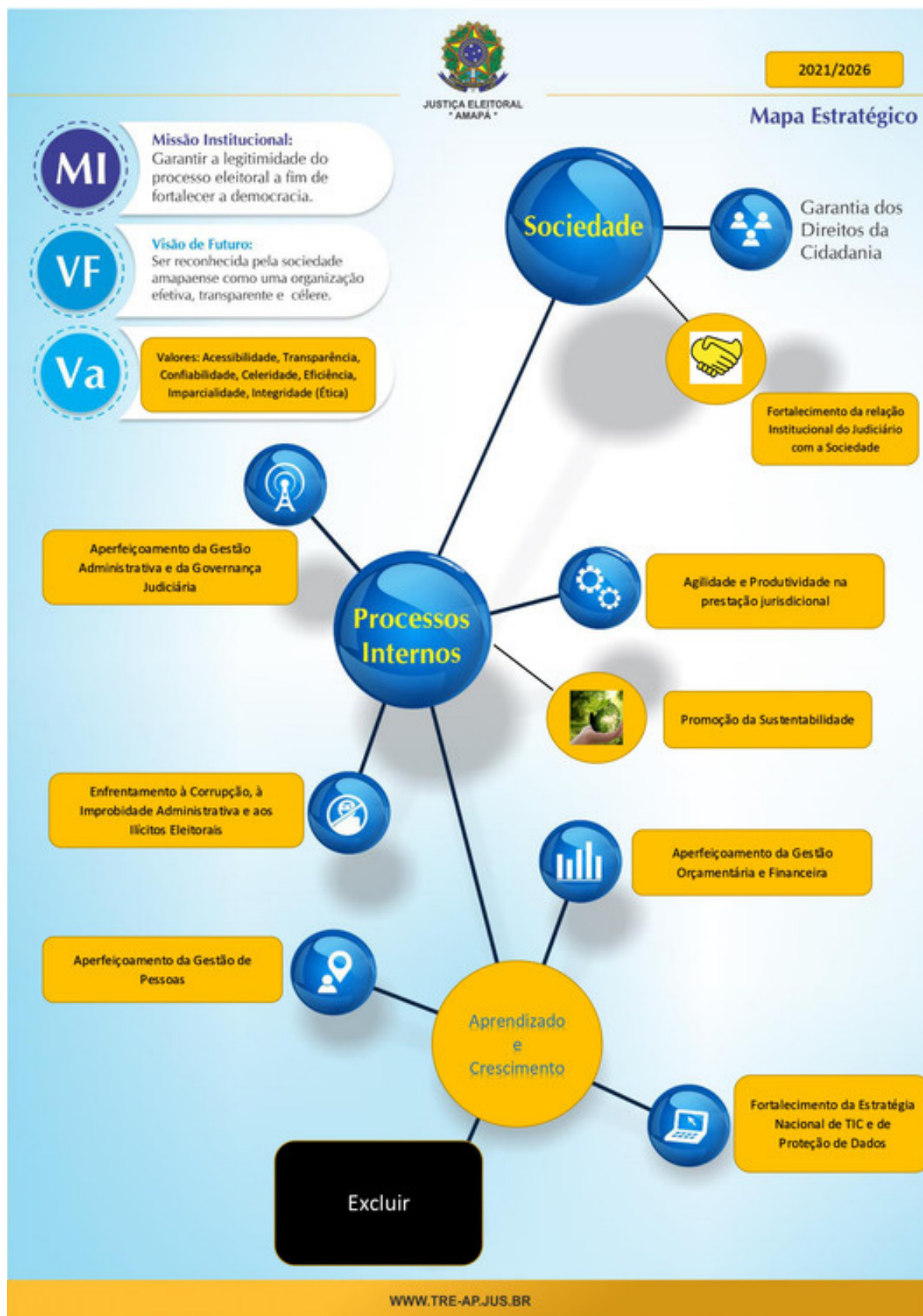
Cadeia de Valor

A cadeia de valor é resultante do levantamento de todas as ações ou processos necessários para gerar ou entregar produtos ou serviços aos usuários. É por intermédio dessa identificação encadeada que se tem uma melhor visão do valor ou benefício que se agrega em razão dos processos de trabalho.

A cadeia de valor da Justiça Eleitoral do Amapá ainda não possui formalmente a representação gráfica da cadeia de valor aprovada pelo pleno da Instituição.

Governança Estratégica

Planejamento Estratégico 2021/2026



O Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução 198, de 1º de julho de 2014, normatizou o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, incrementou a Estratégia do Judiciário Nacional para o sexênio 2015/2020 e determinou aos Órgãos do Poder Judiciário o desdobramento e alinhamento de seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional, observando o conteúdo temático dos macrodesafios do Poder Judiciário, sem prejuízo da inclusão das correspondentes especificidades.

O **Planejamento Estratégico TRE-AP 2021/2026** é uma ferramenta de gestão, constitui-se em prática basilar da boa governança corporativa, por meio da qual os gestores asseguram uma atuação mais proativa e integrada com a realidade, possibilitando, assim, um melhor desempenho institucional, com elementos que nortearão as iniciativas a serem trabalhadas nos próximos anos.

Estruturas de Governança

A Governança conceitualmente é um mecanismo de avaliação, liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de atender às necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.

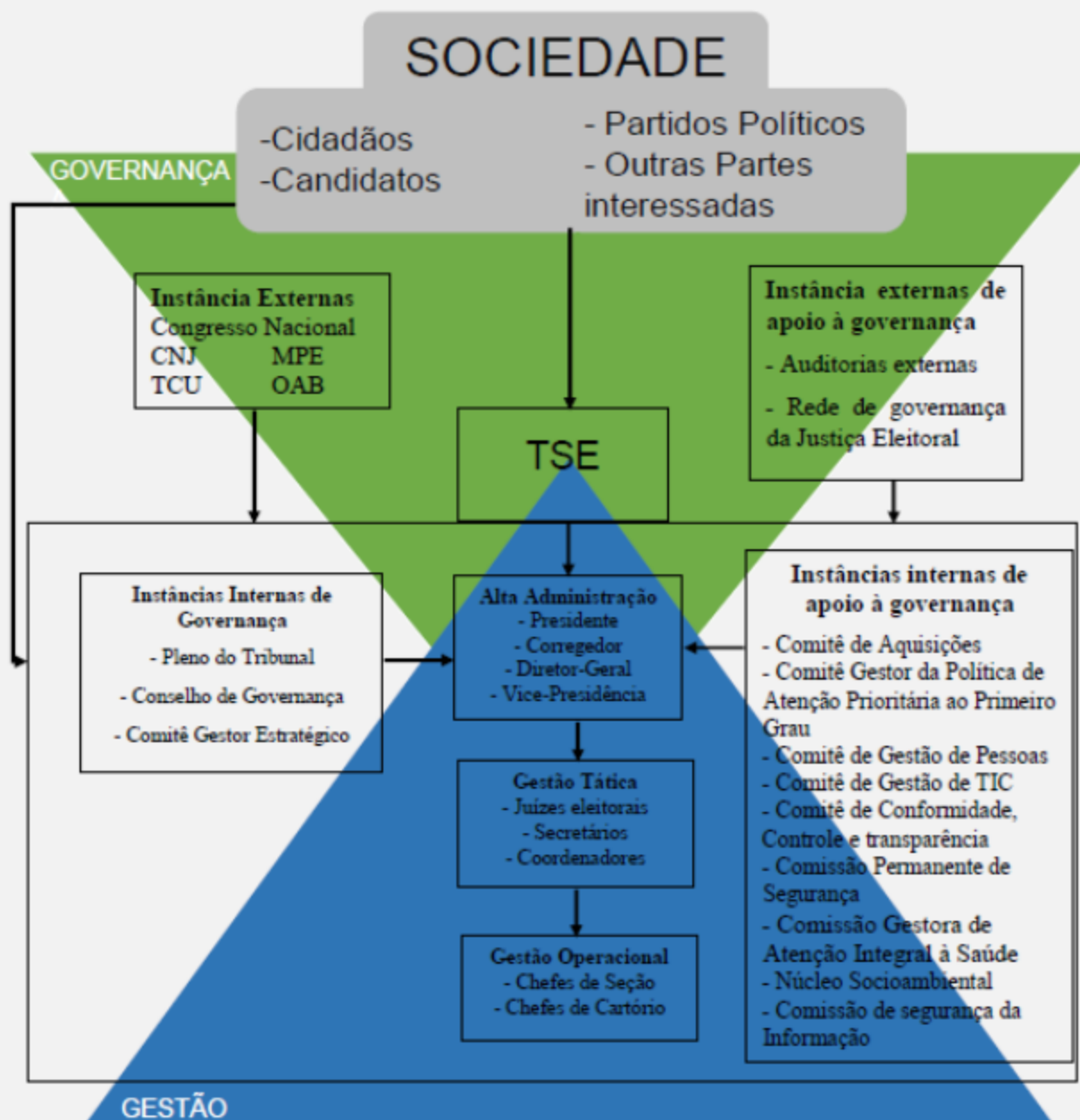
No mesmo sentido, a Gestão é o funcionamento da organização no contexto de estratégias, políticas, processos, normatização e procedimentos estabelecidos, sendo responsável pelo planejamento, execução, avaliação das ações, manejo dos recursos e poderes disponibilizados para consecução de seus objetivos.

Na Justiça Eleitoral do Amapá o Sistema Governança e Gestão compreende o conjunto de práticas gerenciais, em especial planos institucionais, voltadas para a obtenção de resultados e a gestão de riscos, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de objetivos, indicadores, metas e iniciativas que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Justiça Eleitoral do Amapá, de modo a viabilizar a melhoria contínua.

São instâncias de governança internas: Tribunal Pleno, Conselho de Governança e Comitê Gestor Estratégico. Compõe o Conselho os ocupantes dos cargos de (1) Presidente do Tribunal, (2) Corregedor Regional Eleitoral, (3) magistrado indicado pelo pleno e o (4) Diretor-Geral.

Constam no Planejamento Estratégico 2021/2026, na perspectiva recursos, o macrodesafio Instituição da Governança e Governança de TI.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAPÁ



Pleno do Tribunal

Os Tribunais Regionais Eleitorais são órgãos colegiados, sua composição está disposta no art. 120, § 1º da Constituição Federal. Possuem sede na Capital dos Estados e jurisdição em toda circunscrição estadual.

Especificamente são compostos por:

- **Dois Juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça** do Estado, por este eleitos mediante voto secreto;
- **Dois Juízes, dentre os Juízes de Direito** de última entrância, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado;
- **Um Juiz Federal**, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;
- por nomeação pelo Presidente da República, de **dois Juízes dentre seis advogados** de notório saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado. O Presidente e o Vice-Presidente são eleitos dentre os Desembargadores (Constituição Federal, Art. 120, §2º). A função do Corregedor Regional Eleitoral é exercida, cumulativamente, pelo Vice-Presidente do Tribunal.

Pleno do TRE-AP – Titulares			
Nome	Cargo	Início e Término	Biênio
Gilberto de Paula Pinheiro	Presidente	05.03.2021 -05.03.2023	Segundo
João Guilherme Lages Mendes	Vice-Presidente	05.03.2021 -05.03.2023	Primeiro
Mário de Paula Franco Júnior	Juiz Federal	21.01.2022 - 21.01.2024	Primeiro
Augusto César Gomes Leite	Juiz de Direito/Diretor da Escola Judiciária Eleitoral	29.07.2020 - 29.07.2022	Primeiro
Matias Pires Neto	Juiz de Direito/Ouvidor Regional Eleitoral	25.05.2021 - 25.05.2023	Primeiro
Rivaldo Valente Freire	Advogado	26.10.2020 - 26.10.2022	Primeiro
Vago	Advogado		
Pablo Luz de Beltrand	Procurador Regional Eleitoral	- -	Primeiro

Composição Atualizada no Site 

Pleno do TRE-AP – Substituto			
Nome	Cargo	Início e Término	Biênio
Adão Joel Gomes de Carvalho	Desembargador	04.12.2020 - 04.12.2022	Primeiro
Carmo Antônio de Souza	Desembargador	9.04.2021 - 19.04.2023	Primeiro
Anselmo Gonçalves da Silva	Juiz Federal	03.02.2021 - 03.02.2023	Primeiro
Liége Cristina de Vasconcelos Ramos Gomes	Juíza de Direito	03.06.2020 - 03.06.2022	Primeiro
Thina Luiza D’Almeida Gomes dos Santos Souza	Juíza de Direito	30.08.2021 - 30.08.2023	Primeiro
Orlando Souto Vasconcelos	Advogado	21.01.2022 - 21.01.2024	Primeiro
Vago	Advogado		
Thereza Luiza Fontenelli Costa Maia	Procuradora Regional Eleitoral	--	--

Plano de Logística Sustentável

Objetivos

O PLS do TRE-AP tem o objetivo de implantar práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos no âmbito do TRE-AP. Consiste em atender os objetivos estabelecidos nos Macro Desafios do Poder Judiciário gerando o mínimo de impacto no meio ambiente.

Legislação

O Conselho Nacional de Justiça por meio da Resolução 201 de março de 2015 determinou a todos os órgãos de Poder Judiciário a implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ), que deverão adotar modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

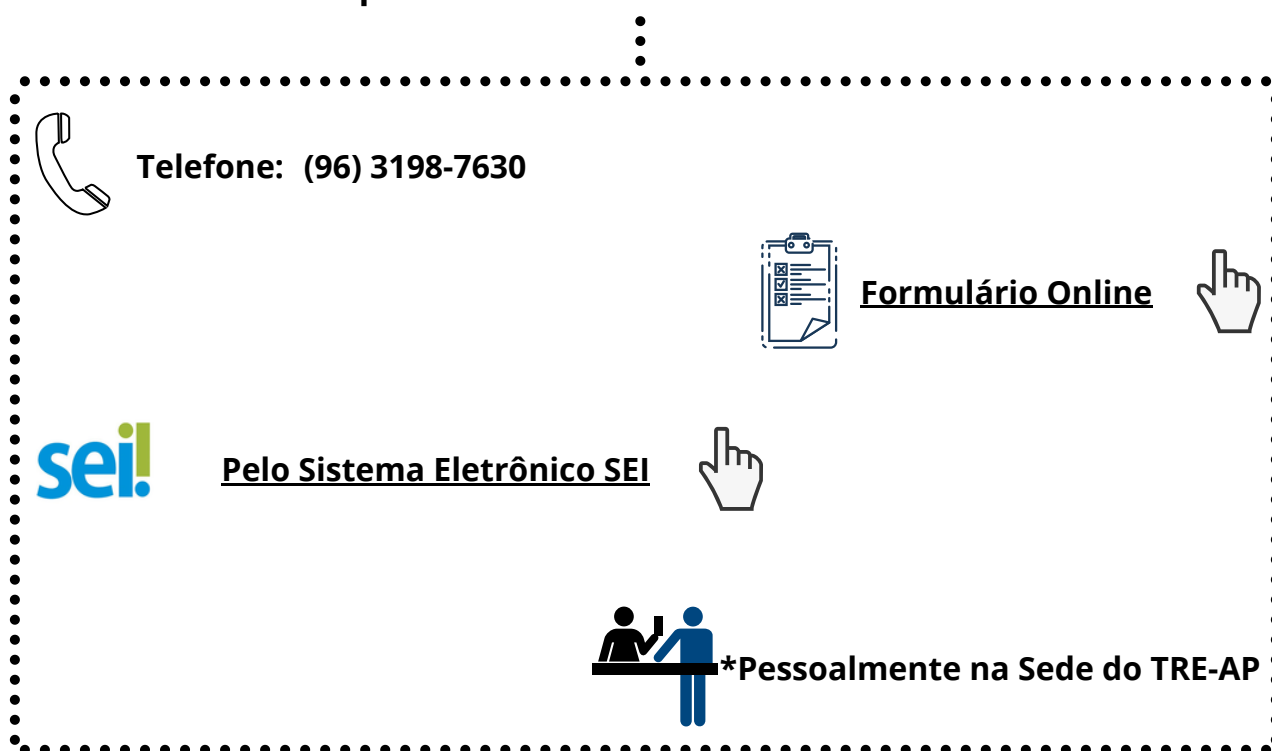
Plano de Logística Sustentável 2021



Principais Canais de Comunicação com a Sociedade

A Ouvidoria do TRE/AP foi instituída com a missão de atuar como canal permanente de comunicação entre o eleitor e as unidades da Justiça Eleitoral, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo TRE/AP, e para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos da Justiça Eleitoral no Estado do Amapá.

Principais canais de atendimento ao cidadão

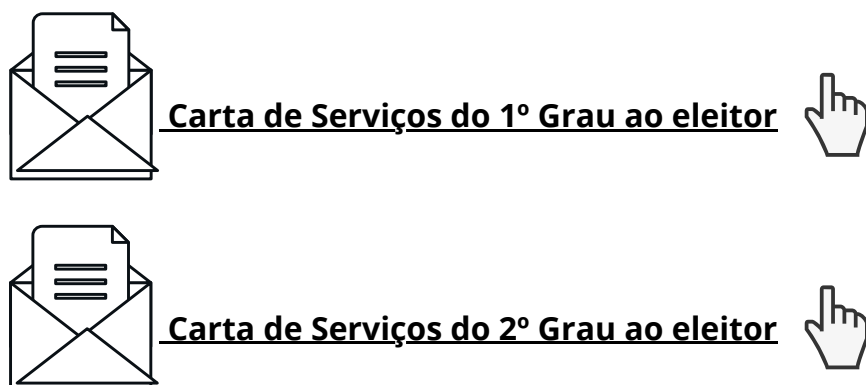


*Serviço prejudicado devido a Pandemia no ano de 2020

Cartas de Serviços ao cidadão

Objetiva informar ao cidadão sobre serviços prestados pelo TRE-AP, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Contempla dois formatos de divulgação:



Medidas para garantir a acessibilidade

A Resolução TSE nº 23.381/2012 estabelece que deve ser encaminhado relatório anual de atividades

desenvolvidas no âmbito de cada Regional.

Assim sendo, a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

promoveu as seguintes ações no ano de 2021:

1. A Comissão de Acessibilidade e Inclusão implantou o Projeto Votar Sem Barreiras (de caráter permanente)

que consiste em implementar gradativamente a acessibilidade e inclusão no âmbito da Justiça Eleitoral do

Amapá, desde a implantação do Projeto foram feitas diversas ações.

2. Reforma nas reservas de vagas exclusivas para deficientes e idosos no estacionamento interno do prédio do

Tribunal para servidores ou visitantes com deficiências.

3. Reformas de rampas no Auditório da EJE – Escola Judiciária Eleitoral - TRE -AP. Estacionamentos para

Deficientes e Idosos.

4. Piso Tátil nas dependências do Tribunal e Zonas Eleitorais.

6. Realizadas tratativas junto a UNIFAP (Universidade Federal do Amapá / NAI – Núcleo de Acessibilidade

e Inclusão) para oferecimento de curso da linguagem de LIBRAS aos servidores e terceirizados.

7. Realizadas tratativas junto a Presidência da (CTMAC – Companhia de Transporte Urbano de Macapá),

com objetivo de promover gestões administrativas para melhorar a circulação de transporte em torno da

decima zona eleitoral do Amapá, para atendimento principalmente dos eleitores com deficiências da zona

norte da cidade, visando às Eleições 2022.

8. Celebrou o Dia Internacional da Pessoa com deficiência nas Redes Sociais.

9. Realizando tratativas com as zonas eleitorais para colocação de Coordenadores de Acessibilidade, com

intuito de orientar os eleitores com deficiência nas Eleições 2022.

Riscos Oportunidades e Perspectivas

Principais Riscos

RISCOS DE COMUNICAÇÃO Estão associados a eventos que podem impedir ou dificultar a disponibilidade de informações para a tomada de decisões e para o cumprimento das obrigações de accountability (prestação de contas às instâncias controladoras e à sociedade);	RISCOS ORÇAMENTÁRIOS Eventos que podem comprometer a capacidade de a organização contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.	RISCOS DE CONFORMIDADE Estão associados ao não cumprimento de princípios constitucionais, legislações específicas ou regulamentações externas aplicáveis à instituição;
RISCOS ESTRATÉGICOS: Estão associados à tomada de decisão e podem afetar negativamente o alcance dos objetivos consignados no Plano Estratégico institucional	Fontes específicas de riscos 	RISCOS TECNOLÓGICOS Possibilidade de ocorrência de falhas em sistemas de tecnologia da informação e comunicação com impactos nos negócios ou na execução de processos relacionados à tecnologia da informação e comunicação;
RISCOS DE IMAGEM: Danos à reputação	RISCOS OPERACIONAIS Possibilidade de ocorrência de perdas (produtividade, ativos e orçamentos) resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, tecnologia ou de eventos externos (catástrofes naturais, greves, fraudes);	RISCOS SOCIOAMBIENTAIS Risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade;

Risco é o território da incerteza e consiste na probabilidade de um evento impactar em determinada ação, decisão ou processo. Os riscos são avaliados de acordo com a probabilidade e o impacto. Com base nessas duas dimensões de análise, determina-se o modo pelo qual eles deverão ser administrados.

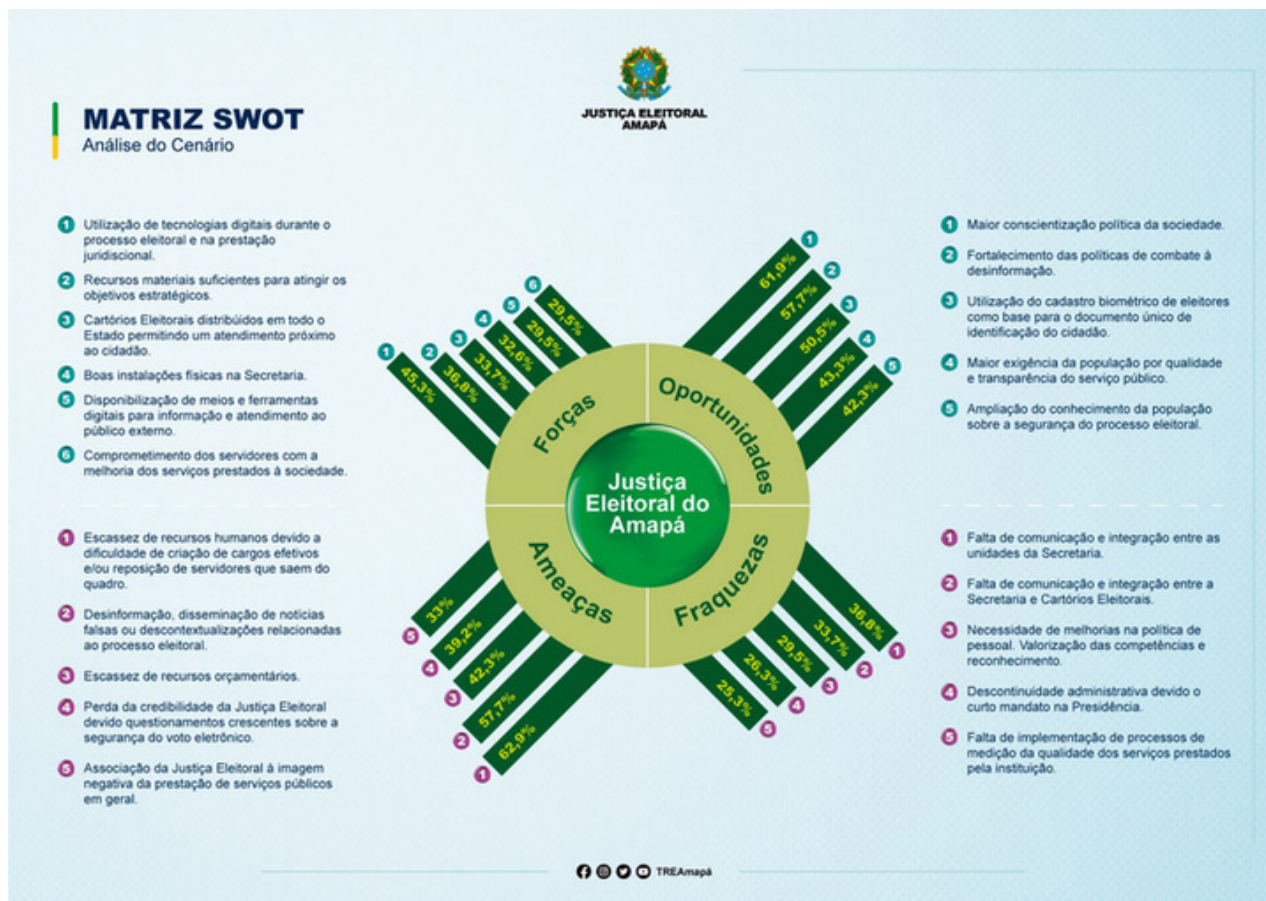
A organização deu um passo importante, em direção à implantação da gestão de riscos com a edição da Resolução TRE-AP nº 522/2018, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

Para dar concretude foi criada a Comissão de Implementação da Política de Gestão de Riscos (Portaria TRE/AP 152/2019). Porém há carência do aprofundamento dos estudos face as diversas outras demandas existentes nem como a falta de capacitação dos principais envolvidos.

Principais Oportunidades

<https://www.tre-ap.jus.br/o-tre/mapa-estrategico>

As principais oportunidades foram catalogadas na matriz SWOT constante no planejamento estratégico 2021/2026. Tendo com destaques: (1) alta credibilidade da Justiça eleitoral e (2) Implantação do processo judicial eletrônico dentre outros.



Probabilidade de ocorrência de risco e oportunidade

Ainda não foi realizado estudo com método científico sobre a probabilidade de ocorrência de risco e do aproveitamento das oportunidades.

Gestão Financeira e Orçamentária

Para fazer face à execução dos serviços públicos desta Justiça Especializada, foi consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA/2021 o valor de R\$ 56,2 milhões. Além do orçamento ordinário necessário à manutenção das atividades normais, o TRE/AP contou com Provisão de Créditos pelo Tribunal Superior Eleitoral na ação Pleitos Eleitorais no montante de R\$ 164,7 mil, resultando na Dotação Líquida de R\$ 56,4 milhões.

$$\begin{array}{lcl} \text{LOA + Créditos} & + & \text{Provisão Recebida} \\ \text{R\$ 56.279.435} & & \text{R\$ 164.741,00} \\ & = & \text{Dotação Líquida} \\ & & \text{R\$56.444.176,00} \end{array}$$

Execução Orçamentária e Financeira

Os objetivos e metas propostos pela administração foram atingidos, demonstrando responsabilidade na gestão. Apesar da limitação orçamentária imposta pelo Novo Regime Fiscal, não houve prejuízo que inviabilizasse a gestão. Desse modo, as ações contempladas na LOA/2021, Créditos Adicionais e Provisão pelo TSE, foram executadas de forma satisfatória, atingindo os seguintes percentuais em relação à Dotação Líquida:

Dotação Líquida	
56.444.176	
Empenhado	%
55.972.578	99,2%
Liquidado	%
55.672.578	98,6%
Pago	%
55.672.578	98,6%

Fonte: Tesouro Gerencial

Publicado em https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/arquivos_cnj/tre-ap-resolucao-cnj-102-2009-anexo-ii-dezembro-2021/rybena_pdf?file=https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/arquivos_cnj/tre-ap-resolucao-cnj-102-2009-anexo-ii-dezembro-2021/at_download/file

Execução da Despesa por Ação Orçamentária

99% da Despesa Empenhada

Ação Orçamentária	Dotação Líquida	Despesa Empenhada	%
Ativos Cíveis da União	32.056.751	31.746.954	99%
Aposentadorias e Pensões	3.655.595	3.612.820	99%
Contribuição da União	5.312.225	5.257.486	99%
Benefícios Obrigatórios aos Servidores	1.857.961	1.793.744	97%
Assistência Médica e Odontológica	1.505.379	1.505.379	100%
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE	11.891.065	11.891.065	100%
Pleitos Eleitorais	165.194	165.130	100%
TOTAL	56.444.176	55.972.578	99%

Execução por grupo de Despesa em Comparação com 2020

GRUPO 1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Elemento de Despesa: Vencimentos e Vantagens Fixas (319011)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2020
30.219.025,50	30.078.476,61	30.219.025,50	30.078.476,61	30.219.025,50	30.078.476,61

Elemento de Despesa: Obrigações Patronais (319113)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2021
5.323.124,14	5.414.397,98	5.323.124,14	5.414.397,98	5.323.124,14	5.414.397,98

Elemento de Despesa: Demais Elementos do Grupo

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2021
7.032.420,80	5.231.098,37	6.623.843,64	4.931.098,37	6.623.843,64	4.931.098,37

Total do Grupo 1

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2021
42.574.570,44	40.723.972,96	42.165.993,28	40.423.972,96	42.165.993,28	40.423.972,96

GRUPO 3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES**Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica (339039)**

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2021
5.339.210,21	5.342.401,06	5.339.210,21	5.342.401,06	5.339.210,21	5.342.401,06

Elemento de Despesa: Locação de Mão de Obra (339037)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2021
4.768.612,94	4.516.950,86	4.768.612,94	4.516.950,86	4.768.612,94	4.516.950,86

Elemento de Despesa: Demais Elementos do Grupo

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2021
7.674.834,02	4.628.496,76	7.674.834,02	4.628.496,76	7.674.834,02	4.628.496,76

Total do Grupo 3

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2021
17.782.657,17	14.487.848,68	17.782.657,17	14.487.848,68	14.487.848,68	17.782.657,17

GRUPO 4. INVESTIMENTO

Equipamentos e Materiais Permanentes (449052)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2021
2.362.559,37	547.056,97	2.362.559,37	547.056,97	2.362.559,37	547.056,97

Elemento de Despesa: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (449040)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2021
575.669,82	213.700,00	575.669,82	213.700,00	575.669,82	213.700,00

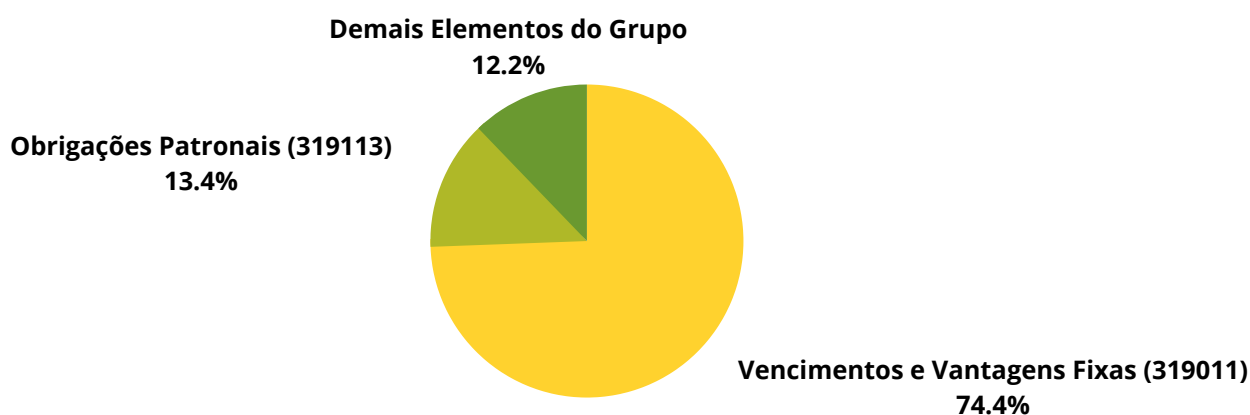
Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica (449039)

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2020	2021	2020	2021	2020	2021
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

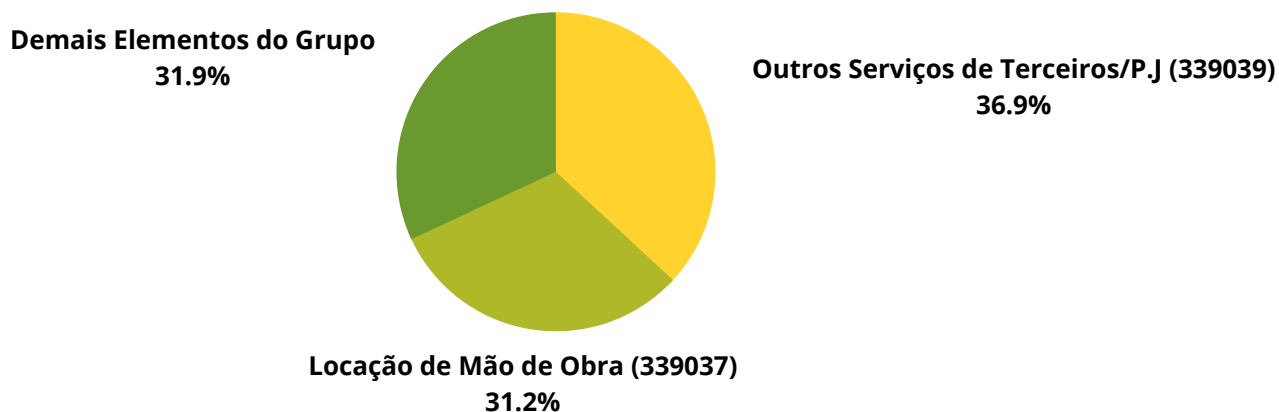
Total do Grupo 4

Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
2019	2020	2019	2020	2019	2020
2.938.229,19	760,756,97	2.938.229,19	760,756,97	2.938.229,19	760,756,97

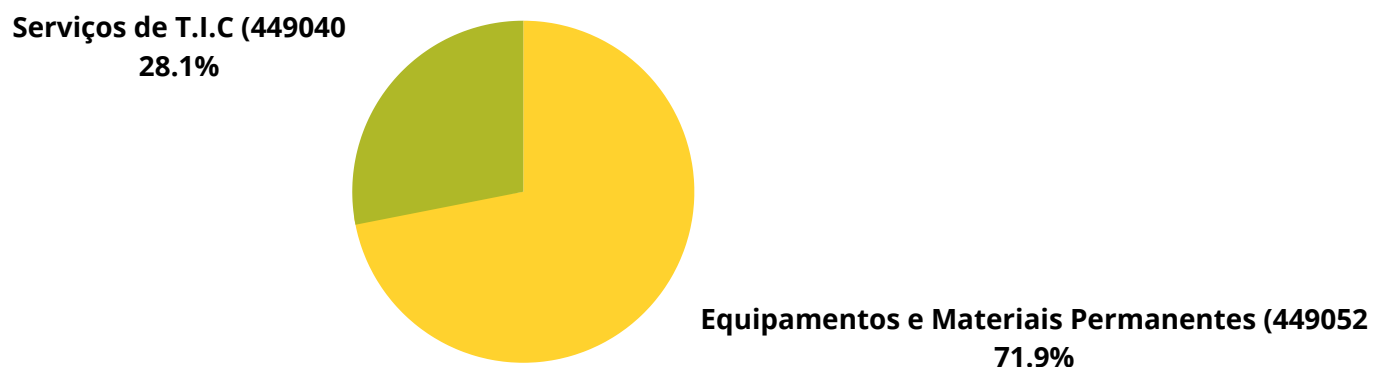
GRUPO 1. PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



GRUPO 3. OUTRAS DESPESAS CORRENTES



GRUPO 4. INVESTIMENTOS



Execução Restos a Pagar - em comparação com 2020

Especificação	Inscrito		Valores Pagos	
	2020	2021	2020	2021
Restos a Pagar Processados	28.011,72	30.550,82	492.100,18	2.977,32
Restos a Pagar não Processados	408.577,16	408.577,16	576.377,68	408.577,16
TOTAL	438.608,88	439.127,98	1.068.477,86	411.554,48

Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro. Cabe destacar que houve uma redução significativa na inscrição de Restos a Pagar em relação ao exercício de 2020, em virtude do maior rigor quanto ao acompanhamento da execução orçamentária e financeira, visando à execução da despesa no próprio exercício, e consequentemente ajuste ao limite de pagamento imposto na Emenda Constitucional nº 95/2016.

Limite de Pagamento Determinado pela Emenda Constitucional 95/2016

O Tribunal Superior Eleitoral coordena o processo orçamentário e financeiro dos Tribunais Regionais Eleitorais. Essa função central no processo decisório envolve a definição e divulgação dos limites de pagamento das respectivas unidades da Justiça Eleitoral. Através da Portaria TSE nº 823/2021, foi divulgado o limite de pagamento das despesas primárias referente ao exercício de 2021 da Justiça Eleitoral.

Assim, os valores pagos no exercício de 2021 estiveram de acordo com o teto estabelecido na Portaria TSE nº 823/2021 e no Planejamento Estratégico 2021/2026:

Tipo de Despesa	Limite (R\$)	Valor Pago (R\$)
Obrigatória	39.484.264	36.853.518
Discrecionária	11.891.524	11.891.065

Desempenho dos Indicadores de Gestão

Desempenho Orçamentário-Financeiro

O Planejamento Estratégico do TRE/AP para o período 2021/2026 estabeleceu Objetivos Estratégicos visando a melhoria do desempenho institucional para período, dentre os quais o Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, sinônimo de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio e investimentos ao aprimoramento da prestação jurisdicional, estabelecendo-se uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais do órgão.

Os resultados obtidos demonstram um excelente aproveitamento dos recursos públicos disponíveis, evitando desperdícios e garantindo resultados positivos na prestação do serviço desta Justiça Especializadas:

Indicador	Periodicidade	Meta Prevista	Meta Apurada
Execução do limite de Pagamento	Anual	88%	100%
Execução das Dotações das Despesas Discrecionárias	Anual	93%	100%
Execução das Dotações para Projetos	Anual	90%	100%

Notas:

1. Na análise dos indicadores, foram consideradas as despesas discrecionárias, que envolvem gastos com a manutenção do órgão, tais como contratos, aquisição de materiais de consumo e permanente, etc;
2. Na execução do Limite de Pagamento foram contempladas os Pagamentos ocorridos no exercício e os Restos a Pagar das Despesas Discrecionárias, relativamente ao limite disponibilizados pelo TSE.
3. Execução das Dotações das Despesas Discrecionárias: representa a parcela das Despesas Empenhadas em conformidade com a Dotação Atualizada.
4. Execução das Dotações para Projetos mede o grau de aproveitamento das dotações para as despesas discrecionárias, aprovadas no orçamento e em créditos adicionais, classificadas como projetos/investimentos.

Os dados comprovaram que o TRE/AP ultrapassou todos os percentuais previstos nos indicadores orçamentários e financeiros, apontando para um excelente aproveitamento dos recursos públicos disponíveis, evitando desperdícios e garantindo resultados positivos na prestação do serviço desta Justiça Especializadas.

Desempenho Físico-Financeiro

O acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias possibilitou mensurar a produção de bens e serviços ofertados à sociedade, resultando no diagnóstico por meio de avaliações dos localizadores captados no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

O desempenho físico-financeiro subsidiou o processo decisório de alocação e realocação de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA/2021. O resultado da avaliação dos indicadores, sob o ponto de vista da eficiência e eficácia, demonstrou responsabilidade na gestão:

AÇÃO	PLANO ORÇAMENTÁRIO/AÇÃO	EMPENHADO	PAGO	PRODUTO	META FÍSICA PROGRAMADA	META FÍSICA REALIZADA
2002P - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	11.340,258	11.340,258	Eleitor atendido	117.082	122.363
	0002 - Capacitação de Recursos Humanos	151,360	151,360	Servidor capacitado	140	140
312B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0001 - Assistência Pré-Escolar	237,466	11.340,258	Pessoa beneficiada	28	28
	0003 - Assistência Transporte	0	0	Pessoa beneficiada	1	0
	0005 - Assistência Alimentação	1.354,301	1.354,301	Pessoa beneficiada	139	145
	0009 - Assistência Funeral e Natalidade	1.978	1.978	Não possui produto	Meta Física não prevista na LOA	
2004 - Assistência Médica e Odontológica	0002 - Assistência Médica e Odontológica	1.505,179	1.505,179	Pessoa beneficiada	503	489

Disponível em <https://www.siof.planjamento.gov.br/modulo/login/index.html?>

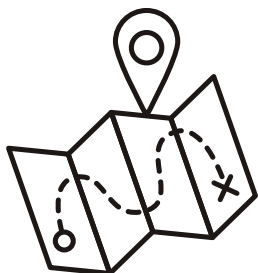
O desempenho físico-financeiro subsidiou o processo decisório de alocação e realocação de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA/2020. O resultado da avaliação dos indicadores, sob o ponto de vista da eficiência e eficácia, demonstrou responsabilidade na gestão.

Transparência na Gestão Orçamentária, Financeira e Fiscal

Durante o exercício o Tribunal adotou medidas visando tornar público em seu sítio eletrônico informações referentes à gestão orçamentária, financeira e fiscal, através do ícone intitulado Transparência e Prestação de Contas, que se transformou em importante instrumento de gestão ao disponibilizar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, informações importantes sobre os referidos temas.

As publicações podem ser acessadas através do link <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>

Principais Desafios e Ações Futuras

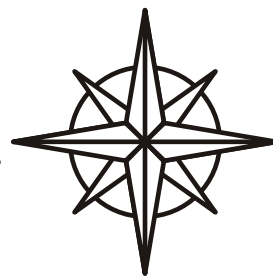


Desafios

- Manter em bom funcionamento a estrutura da Secretaria e das Zonas Eleitorais do Estado, a despeito da limitação da despesa imposta pelo Novo Regime Fiscal;
- Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira;

Ações Futuras

- Dar continuidade às atividades de racionalização de despesas;
- Adotar boas práticas dos Tribunais Regionais Eleitorais e TSE, na área de gestão orçamentária e financeira;
- Conscientizar os gestores da necessidade de melhoria da gestão orçamentária e financeira da sua unidade;



Conformidade Legal

Legislação Aplicada

Para assegurar a conformidade com a Lei 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o TRE-AP observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo TSE, TCU, CNJ, além daquelas que o próprio Tribunal edita.

Total de normas e legislações = 100

09 Leis, 08 Portarias, 50 Resoluções, 27 Instruções Normativas, 06 outros.

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Acompanham-se as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CNJ), para os quais são ultimadas as providências visando o atendimento integral.

Diligências recebidas e acompanhadas em 2021:

Origem da Diligência	Quantidade	PROCESSOS CORRESPONDENTE	
CNJ	02	0001709-80.2016.6.03.8000 0000662-95.2021.6.03.8000	
TCU	8	0002933-77.2021.6.03.8000 0002955-38.2021.6.03.8000 0001404-23.2021.6.03.8000 0002226-12.2021.6.03.8000	00001465-78.2021.6.03.8000 0001101-09.2021.6.03.8000 0002025-88.2019.6.03.8000 0002456-54.2021.6.03.8000

Indicadores de Conformidade

A avaliação de conformidade nos processos de trabalho na área de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Dentre os controles adotados destacam-se os listados abaixo:

1 - Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda

No ano de 2021, todos os servidores autorizaram seu acesso, nos termos da Lei 8.730/93 e (Instrução Normativa TCU n. 87/2020).

2 - Controle e Acompanhamento dos registros de informação no sistema e-Pessoal do TCU

Em 2021, houve nomeação de servidores para cargo efetivo e a concessão de aposentadorias, as quais foram devidamente informadas no sistema e-pessoal do TCU, na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

3 - Atendimento das determinações dos órgãos de controle

As determinações e recomendações oriundas dos órgãos de controle (TCU e CNJ) são acompanhadas e observadas por este Tribunal, na medida da sua aplicabilidade à Justiça Eleitoral

4 - Acompanhamento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário

Todos os valores pagos indevidamente aos servidores, magistrados, aposentados e beneficiários de pensão civil foram objeto de processo visando a reposição dos valores ao Erário, nos termos de regulamentação interna (Res. TRE-AP 495/2017).

5 - Acompanhamento de concessões, licenças, frequência e benefícios

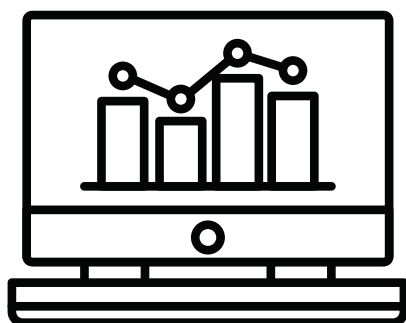
Todos os pedidos de concessão de licenças e benefícios são processados e analisados pelas unidades técnicas responsáveis do Tribunal.

6 - Acompanhamento da frequência e carga horária

Mensalmente é feito o acompanhamento e controle da frequência dos servidores, efetuando-se o respectivo desconto em folha de pagamento no caso de inconsistências.

Avaliação de Força de trabalho

A força de trabalho do TRE-AP é composta por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados.



Total: 344

Magistrados: 17

Servidores: 166

Estagiários: 39 (CEJE)

Terceirizados: 126 (CSG)

Quadro de Servidores

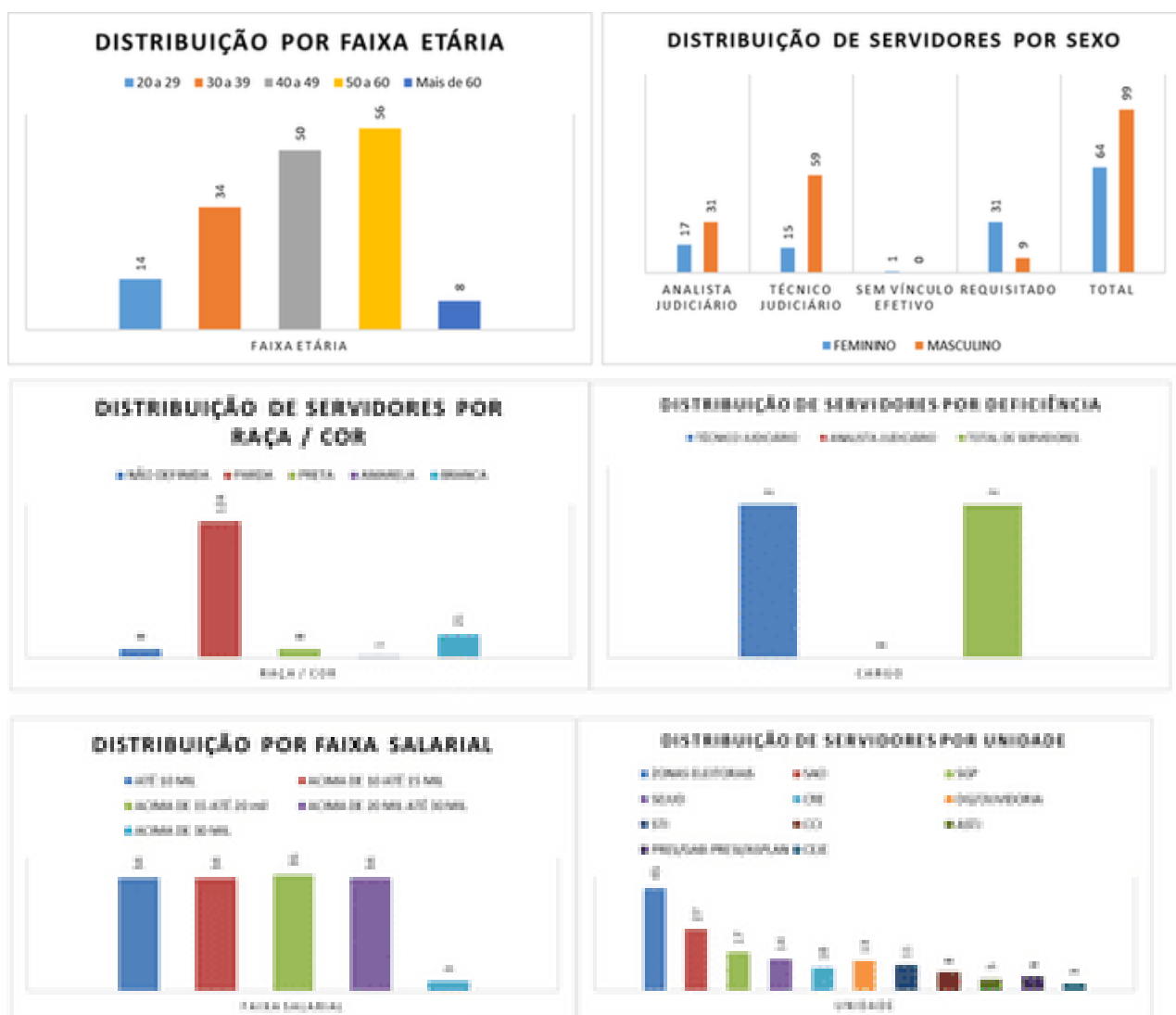
O quadro de **pessoal efetivo** da Justiça Eleitoral amapaense é constituído por servidores ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário. Os cargos são estruturados nas seguintes áreas de atividade, nos termos da Lei 11.416/2006: área judiciária, área administrativa e área de apoio especializado.

Os servidores requisitados

prestam serviço neste Tribunal têm sua requisição fundamentada na Lei 6.999/1982, Resolução TSE 23.527/2017 e Ac. TCU 199/2011 – Plenário. A requisição se assenta no diminuto quadro de servidores efetivos.

Abaixo, são apresentados dados de caracterização do quadro de servidores.



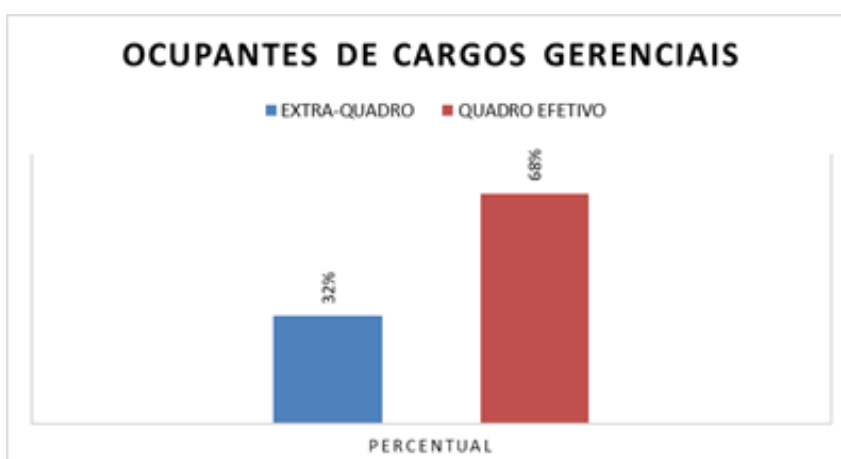


Notas:

(1) Dados extraídos do SGRH – Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

(2) Faixa Salarial: total de servidores contidos na folha de pagamento: 140, sendo excluídos os 22 servidores requisitados que não têm função ou cargo.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupado por Servidores Efetivos e Igualdade de Oportunidade no TRE-AP



Os cargos gerenciais (cargos em comissão) são regulamentados pela Lei 11.416/2006, cuja norma define o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) destinados a servidores do quadro de pessoal do TRE-AP.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento externo da Justiça Eleitoral Amapaense é realizado por meio de concurso público, atendendo o regramento previsto na Constituição Federal de 1988, Lei 8.112/1990 e Resolução do TSE nº 23.391/2013.

O último concurso público realizado pelo TRE-AP foi realizado em 2015, com oferta de 6 (seis) vagas imediatas, sendo 2 (duas) vagas para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária e 4 (quatro) vagas para Técnico Judiciário – Área Administrativa, além da oferta de outras opções de especialidades em cadastro reserva. O certame teve sua vigência expirada em 17/12/2019.

Em 2021, dentro das regras de provimento estabelecidas pela Portaria TSE nº 671/2017, o TRE-AP promoveu o preenchimento de cargos vagos por meio de aproveitamento da lista de aprovados do concurso público realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

As movimentações internas, por sua vez, ocorrem mediante remoção (Instrução Normativa TRE-AP nº 13/2018) e alocação de pessoal, observando-se os claros de lotação e buscando observar, sempre que possível, o perfil profissiográfico do servidor em face das competências requeridas pela unidade a ser provida.

Situação de servidores com condições de aposentadoria

Em 2021, quatro servidores estavam em condições de aposentadoria.

Detalhamento da Despesa de Pessoal (ativo, inativo e pensionista)

Evolução das Despesas de Pessoal e Justificativa para variação de valores

A despesa de pessoal na Justiça Eleitoral é peculiar à sua natureza. Há de se diferenciar os anos eleitorais dos não eleitorais.

Pessoal ativo: Em 2021 por não ser ano eleitoral, o Tribunal teve uma pequena redução nas despesas com pessoal ativo em relação à 2020.

Aposentados: Houve aumento de despesas com aposentados, devido a aposentadoria de 04 (quatro) servidores em 2021.

Pensionistas: Houve um acréscimo nas despesas, em virtude do reajuste anual nos valores das pensões, de acordo com o índice estabelecido pelo Governo.

Abaixo, dados extraídos do SGRH-Sistema de Gestão de Recursos Humanos/TESOURO GERENCIAL.

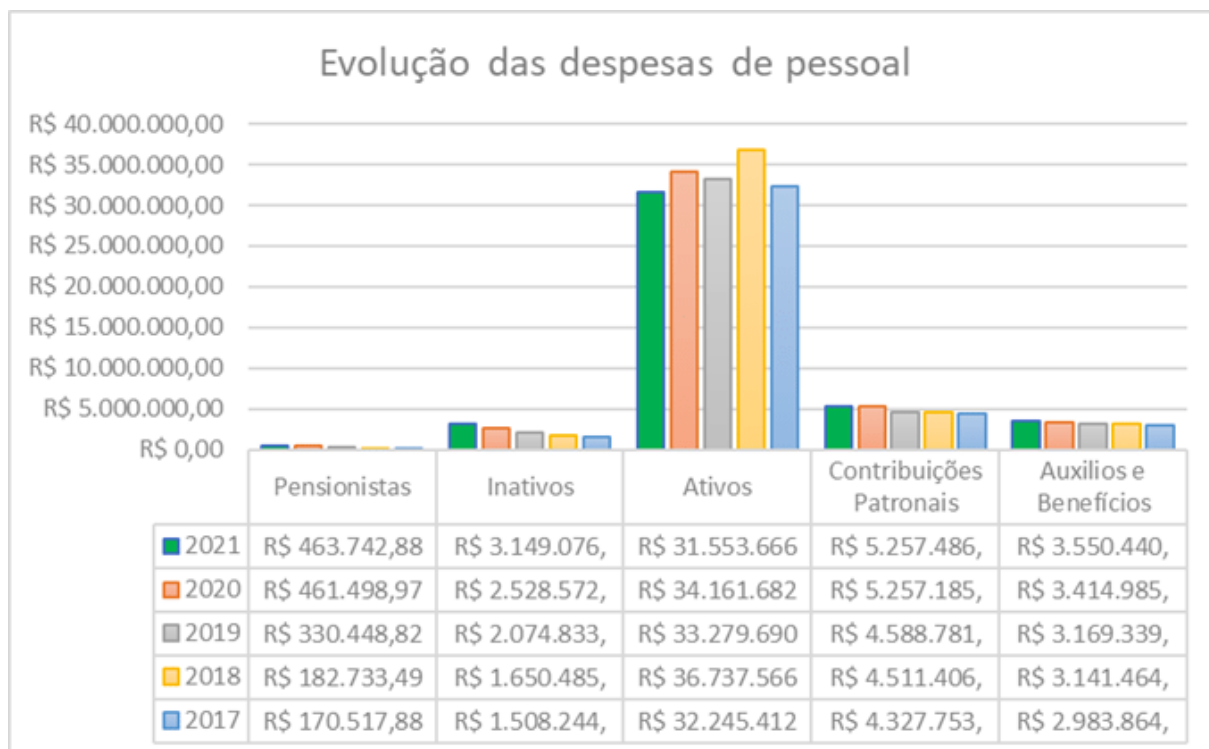


Tabela de Remuneração dos Servidores Efetivos

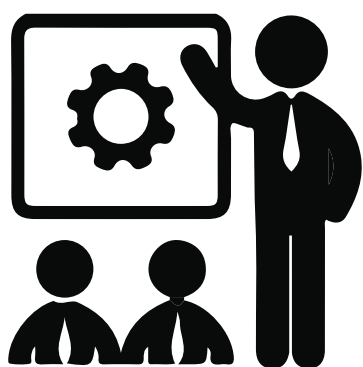
DADOS DO CARGO				VENCIMENTO BÁSICO	GRATIFICAÇÕES E SIMILARES									
					GAJ		PARCELAS VARIÁVEIS							
					ATIVO E INATIVO	ATIVO	ATIVO				ATIVO E INATIVO			
							GAS		AQ TREINAMENTO		GAE		AQ Títulos	
							140,0%	35%	1%	2%	3%	35%	5%	7,50%
A N A L I S T A	C	S U P E R I O R	13	7.792,30	10.909,22	2.727,31	77,92	155,85	233,77	0,00	0,00	584,42	779,23	974,04
			12	7.565,34	10.591,48	2.647,87	75,65	151,31	226,96	0,00	0,00	567,40	756,53	945,67
			11	7.344,99	10.282,99	2.570,75	73,45	146,90	220,35	0,00	0,00	550,87	734,50	918,12
	B	S U P E R I O R	10	7.131,06	9.983,49	2.495,87	71,31	142,62	213,93	0,00	0,00	534,83	713,11	891,38
			9	6.923,36	9.692,70	2.423,18	69,23	138,47	207,70	0,00	0,00	519,25	692,34	865,42
			8	6.550,01	9.170,01	2.292,50	65,50	131,00	196,50	0,00	0,00	491,25	655,00	818,75
	A	S U P E R I O R	7	6.359,23	8.902,92	2.225,73	63,59	127,18	190,78	0,00	0,00	476,94	635,92	794,90
			6	6.174,01	8.643,62	2.160,90	61,74	123,48	185,22	0,00	0,00	463,05	617,40	771,75
			5	5.994,18	8.391,86	2.097,96	59,94	119,88	179,83	0,00	0,00	449,56	599,42	749,27
			4	5.819,60	8.147,44	2.036,86	58,20	116,39	174,59	0,00	0,00	436,47	581,96	727,45
			3	5.505,76	7.708,07	1.927,02	55,06	110,12	165,17	0,00	0,00	412,93	550,58	688,22
			2	5.345,40	7.483,56	1.870,89	53,45	106,91	160,36	0,00	0,00	400,91	534,54	668,18
			1	5.189,71	7.265,59	1.816,40	51,90	103,79	155,69	0,00	0,00	389,23	518,97	648,71
T É C N I C O	C	M É D I O	13	4.749,33	6.649,06	1.662,27	47,49	94,99	142,48	0,00	237,47	356,20	474,93	593,67
			12	4.611,00	6.455,39	1.613,85	46,11	92,22	138,33	0,00	230,55	345,83	461,10	576,38
			11	4.476,70	6.267,37	1.566,85	44,77	89,53	134,30	0,00	223,84	335,75	447,67	559,59
	B	M É D I O	10	4.346,31	6.084,83	1.521,21	43,46	86,93	130,39	0,00	217,32	325,97	434,63	543,29
			9	4.219,71	5.907,60	1.476,90	42,20	84,39	126,59	0,00	210,99	316,48	421,97	527,46
			8	3.992,16	5.589,03	1.397,26	39,92	79,84	119,76	0,00	199,61	299,41	399,22	499,02
	A	M É D I O	7	3.875,88	5.426,24	1.356,56	38,76	77,52	116,28	0,00	193,79	290,69	387,59	484,49
			6	3.763,00	5.268,20	1.317,05	37,63	75,26	112,89	0,00	188,15	282,23	376,30	470,38
			5	3.653,40	5.114,75	1.278,69	36,53	73,07	109,60	0,00	182,67	274,01	365,34	456,68
			4	3.546,98	4.965,78	1.241,44	35,47	70,94	106,41	0,00	177,35	266,02	354,70	443,37
			3	3.355,71	4.697,99	1.174,50	33,56	67,11	100,67	0,00	167,79	251,68	335,57	419,46
			2	3.257,97	4.561,16	1.140,29	32,58	65,16	97,74	0,00	162,90	244,35	325,80	407,25
			1	3.163,07	4.428,30	1.107,07	31,63	63,26	94,89	0,00	158,15	237,23	316,31	395,38

Estratégia de Valorização por Desempenho

Visando tornar o processo avaliativo focado em resultados e presente mesmo após a finalização da carreira, desenvolve-se em caráter permanente, observando-se as disposições da Instrução Normativa TRE-AP nº 8/2016, o Programa de Avaliação com Foco em Resultados (PAFOR). De modo geral, consiste na elaboração anual de um plano de ação individual, alinhado ao Planejamento Estratégico do órgão, apresentado por cada servidor e em concordância com o respectivo gestor. Findado cada exercício, deve o servidor apresentar as comprovações de suas entregas, as quais são cheçadas e quantificadas. Os desempenhos individuais e por unidade são publicados, enfatizando-se e reconhecendo-se aqueles com melhor desempenho.

Levantamento das Necessidades de Capacitação

O PAC – Plano Anual de Capacitação é uma das importantes ferramentas utilizadas pelo TRE-AP para o alcance dos objetivos estratégicos. A elaboração do PAC é baseada nas informações geradas pelas Avaliações por Competência, que fornecem um diagnóstico das necessidades de capacitação (gaps de competências). Com base na identificação das competências que necessitam ser aprimoradas, é definido um plano visando a capacitação dos três grupos de competências usadas no modelo, a saber, organizacionais, gerenciais e específicas. Adotando-se uma metodologia participativa, tomando por base as lacunas de competências detectadas, as unidades administrativas fazem as indicações do melhor modo de desenvolver as suas competências críticas.



Capacitações em 2021

Ações Previstas: 44

Ações Realizadas: 68

Capacitados (magistrados e servidores): 139

Estratégias para Alavancar o Desempenho e a Eficiência

Várias iniciativas adotadas somam-se na busca da eficiência e do melhor desempenho, dentre as quais destacamos: o já citado Programa de Avaliação com Foco em Resultados (PAFOR); a busca do reconhecimento institucional por meio da ampla divulgação e do destaque público de iniciativas individuais ou de unidades feito nos canais de comunicação deste Tribunal; a permanente atualização e/ou desenvolvimento dos sistemas informatizados; a instalação do teletrabalho; e a constante realização de eventos nas áreas de qualidade de vida, educação socioambiental, inclusão e ações solidárias, todas com foco na valorização do ambiente e das condições de trabalho.

Sistemas e Ferramentas de apoio

Na busca pela celeridade e eficiência, atualmente, de acordo com informações da Coordenadoria de Soluções Corporativas, o TRE-AP conta com 119 sistemas informatizados, entre ferramentas com desenvolvimento próprio ou incorporadas ao parque tecnológico do órgão.

Trabalho Remoto

No ano de 2021 foi efetivamente implantado o teletrabalho no âmbito da Justiça Eleitoral amapaense, conforme previsto na Resolução CNJ nº 227/2016. Atualmente permanecem nesta modalidade de trabalho 08 (oito) servidores.

Neste mesmo ano, em razão da pandemia de COVID 19, foram necessárias rápidas e disruptivas adaptações para a realização do trabalho de forma remota para, praticamente, todos os trabalhadores deste órgão. Graças ao acesso a recursos tecnológicos, os trabalhos não sofreram solução de continuidade.

Valorização do Ambiente e das condições de Trabalho

Quadro - Principais eventos de valorização do ambiente e das condições de trabalho.

Principais Eventos - 2021	Categoria	Nº de Participantes
Dia das mulheres – Divulgação de mini vídeos de homenagem ao longo da semana que antecedia o dia das mulheres	Qualidade de Vida	48
Dia das Mães – Vídeo de homenagem	Qualidade de Vida	44
Dia dos Pais – Vídeo de homenagem	Qualidade de Vida	44
Dia do Servidor Público - Mensagem	Qualidade de Vida	155
Auto de Natal	Ação Solidária	40

Principais Desafios e Perspectivas futuras

A profissionalização da gestão de pessoas, com um foco para além do gerenciamento dos recursos humanos é o maior desafio que se coloca à realidade do TRE-AP. Exige-se fazer mais com menos. Isso só será possível, e de forma sustentável, com uma racionalização e boa aplicação da força de trabalho, além do acesso à sistemas informatizados que reduzam a sobrecarga gerada por atividades rotineiras e/ou repetitivas.

Ações e Perspectivas para os Próximos Exercícios

- Acompanhar a aprovação da proposta apresentada para implantação de banco de talentos e seleção de cargos e funções comissionadas com base em competências, com foco na ampliação da meritocracia;
- Continuar a implementação de metodologia para o dimensionamento da força de trabalho;
- Estabelecer e regulamentar a política de gestão de pessoas do TRE-AP;
- Ampliar a atuação do Comitê de Gestão de Pessoas, ferramenta relevante para a governança na área de pessoal.

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade Legal

Conformidade legal:

Os procedimentos licitatórios são iniciados após realização de estudos técnicos preliminares, análise de riscos pelas unidades requisitantes e pesquisa de mercado, para então serem submetidos à disponibilidade orçamentária, análise da unidade de Controle Interno e análise jurídica como medidas prévias à licitação e preventivas para mitigar os riscos da execução contratual.

Tais medidas asseguram a conformidade das contratações com as normas aplicáveis: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, IN 05/2017 - SEGES/MP, IN 04/2014 SEGES/MP.

Objetivos estratégicos:

Todas as contratações realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá visam, direta ou indiretamente o alcance dos objetivos estratégicos da instituição: Garantia dos direitos da cidadania, fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, combate à corrupção e à improbidade administrativa, melhoria da gestão de pessoas, aperfeiçoamento da gestão orçamentária e de custos, instituição da governança e melhoria da infraestrutura e governança de TI.

Principais Contratações

PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS 2021	LICITAÇÕES REALIZADAS PREGÃO ELETRÔNICO
Obras e serviços de engenharia	2
Serviço terceirizado postos de trabalho com dedicação exclusiva	2
Outros serviços (manutenção de elevadores, perícias médicas/planos de saúde)	5
Serviço vigilância eletrônica	1
Serviço de sanitização de ambientes e veículos	1
Serviços TIC	2
TOTAL	13

Gastos com as contratações mais relevantes

Os gastos relacionados referem-se às principais contratações executadas no exercício 2021, todas com fundamento principal no funcionamento das atividades institucionais e realização da prestação jurisdicional da Justiça Eleitoral do Amapá.

Destacam-se as contratações de terceirizados com dedicação exclusiva, o serviço de sanitização de ambientes e veículos e o serviço de vigilância eletrônica.

GASTOS COM CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS MAIS RELEVANTES

Tratam-se de serviços que beneficiam todos as áreas da organização, tendo em vista que unidades administrativas da sede do Tribunal e Zonas Eleitorais são alcançadas pelas contratações propostas e executadas.

Obras/serviços de engenharia sede e Zonas Eleitorais

R\$ 460.671,25

Serviços terceirizados/postos de trabalho com dedicação exclusiva (limpeza, condução de veículos, agentes de portaria, técnicos de informática)

R\$ 2.718.017,63

Outros serviços/aquisições (energia, água e esgoto, vigilância eletrônica, manutenção de centrais de ar, operação sistema de som e vídeo, combustível, manutenção de veículos, seguro de veículos, manutenção geradores, telefonia, internet, telecomunicações VSAT, sanitização)

R\$ 3.544.167,27

Em 2021 foram realizadas 76 contratações diretas, dentre essas, 54 referem-se a inexigibilidades decorrentes de ações de capacitação (Fonte: Portal Transparência).

CONTRATAÇÕES DIRETAS	PROCESSOS
Inexigibilidade (capacitação)	54
Inexigibilidade (outros)	5
Dispensa (art. 24, II, Lei 8.666/93)	14
Dispensa (art. 24, VIII, Lei 8.666/93)	2
Dispensa (outros)	1

Principais desafios:

Um dos principais desafios enfrentados tem sido a instabilidade econômica das empresas contratadas, em especial as empresas de locação de mão de obra. Ainda que as equipes de planejamento e de gestão contratual realizem verificações e acompanhamentos rigorosos no que diz respeito à qualificação das empresas e à qualidade esperada dos serviços, o exercício 2021 mostrou-se desafiador para a regularidade e pontualidade de comandos contratuais envolvendo o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias aos colaboradores terceirizados

Gestão de Tecnologia da Informação (T.I)

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade legal de TIC, a STI do TRE-AP observa e aplica orientações e diretrizes estabelecidas pelo TSE e pelos órgãos dos controles TCU e CNJ. Orienta-se também por modelos internacionais de boas práticas relacionadas à Governança e Gestão de TIC e por normativos internos elaborados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá. A tabela abaixo contém uma lista não exaustiva desses normativos, destacando-se os principais normativos direcionados da STI.

CNJ

- Resolução CNJ nº 363/2021
- Resolução CNJ nº 182/2013
- Resolução CNJ nº 370/2021
- Resolução CNJ nº 396/2021
- Resolução CNJ nº 331/2020

TRE-AP

- Resolução TRE-AP nº 559/2021
- Portaria TRE-AP nº 180/2021
- Resolução TRE-AP nº 522/2018
- Resolução TRE-AP nº 50/2017
- Resolução TRE-AP nº 457/2016
- Portaria TRE-AP nº 466/2012
- Portaria TRE-AP nº 240-2018
- Portaria TRE-AP nº 071/2016
- Portaria TRE-AP nº 241-2018
- Portaria TRE-AP nº 237/2021
- Portaria TRE-AP nº 281/2022
- Portaria TRE-AP nº 226/2021
- Portaria TRE-AP nº 229/2021
- Portaria Presidência TRE-AP nº 244/2018
- Portaria TRE-AP nº 09/2022
- Portaria TRE-AP nº 10/2022
- Portaria TRE-AP nº 11/2022
- Portaria TRE-AP nº 120/2021
- Instrução Normativa TRE-AP nº 01/2015
- Portaria TRE-AP nº 23/2020
- Portaria TRE-AP nº 235/2019
- Acórdão TCU nº 1603/2008
- Lei nº 8666/1993
- Lei 12.527/2011
- Lei nº 13.709/2018
- Decreto nº 9507/2018

TCU

- Acórdão TCU nº 1603/2008

Leis Federais

- Lei nº 8666/1993
- Lei nº 10520/2002
- Decreto nº 9507/2018

Modelo de Governança de T.I

O Modelo de Governança de TIC do TRE-AP alinha-se às orientações da Resolução CNJ 370/2021 e é baseado na Resolução TRE-AP nº 457/2016, que dispõe sobre a Governança de Tecnologia da Informação no TRE-AP.

Além disso, foram estabelecidas duas instâncias de Governança e Gestão de TIC no TRE-AP. A primeira é o Comitê de Governança de Tecnologia e Comunicação (CGOVTIC), que tem natureza estratégica, e é formada pelos Secretários das Unidades e o Diretor Geral, conforme estabelecido na Portaria TRE-AP nº 240-2018, e é responsável por:

- Deliberar políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas ao planejamento estratégico do Tribunal;
- Orientar o desenvolvimento e aprovar o planejamento estratégico de tecnologia da informação do Tribunal;
- Orientar o desenvolvimento e aprovar o planejamento diretor de tecnologia da informação do Tribunal;
- Estabelecer o plano de investimentos em tecnologia da informação;
- Estabelecer o plano de aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação;
- Recomendar à Secretaria do Tribunal a priorização de projetos e atividades de tecnologia da informação aprovados pelo comitê;
- Acompanhar e monitorar a execução de projetos de tecnologia da informação.

A segunda, regida pela Portaria TRE-AP nº 241-2018, é o Comitê de Gestão de TIC (CGTIC), formado pelo Secretário e Coordenadores da STI. É responsável pela elaboração, acompanhamento e monitoramento dos aspectos táticos da Gestão de TIC. O instrumento utilizados para alinhar as iniciativas de TI à estratégia organizacional é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2021-2026, instituído pela Portaria TRE-AP nº 180/2021.

A transparência dos atos é assegurada através das publicações realizadas no Portal de Governança de TIC do TRE-AP.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação – Indicadores

Com o fim da exigência do Planejamento Estratégico de TIC (PETIC) 2016-2021 e do Plano Diretor de Tecnologia 2020-2021, resolveu-se estabelecer um novo PDTIC (Portaria TRE-AP nº 180/2021) com vigência de 6 anos (2021 a 2026), que passou a contemplar, além dos aspectos táticos, os aspectos estratégicos de tecnologia da informação, dispensando-se, portanto, o desenvolvimento do novo PETIC.

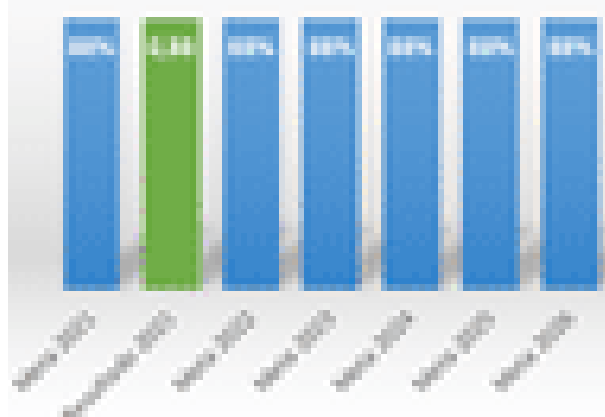
Assim, o PDTIC foi alinhando à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário e foi consolidado com seguintes objetivos estratégicos e indicadores de resultado.



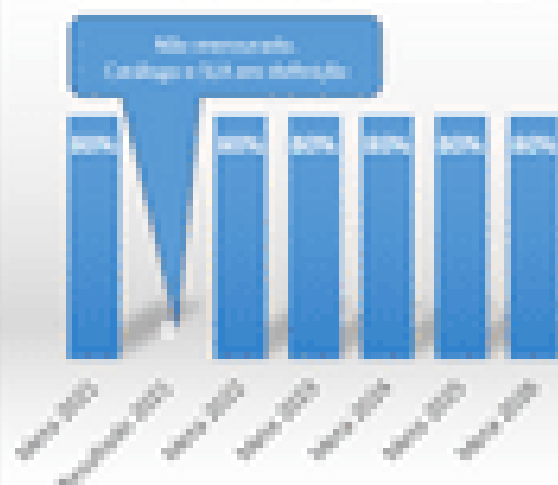
Abaixo serão apresentados os resultados atingidos nos indicadores de resultados estabelecidos no PDTIC 2021-2026.

Considerando que o PDTIC foi estabelecido no segundo semestre de 2021, alguns indicadores não puderam ser mensurados neste ano.

Manter o índice de satisfação dos usuários de TIC acima de 80%



Manter o % de pelo menos 80% dos chamados atendidos de acordo com o SLA



Alcançar 100% de execução do PTD até 2020



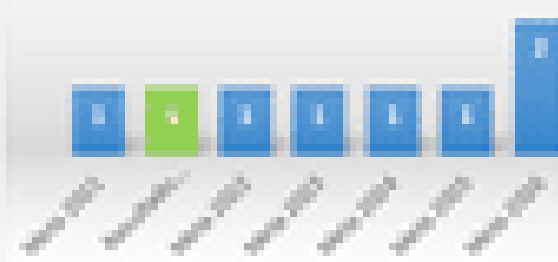
Manter taxa de renovação do Plano Anual de Capacitação de TIC de, pelo menos, 80% no período previsto no plano



Garantir que 100% das publicações obrigatórias previstas na Lei 1792/2020 sejam publicadas no Comarcão

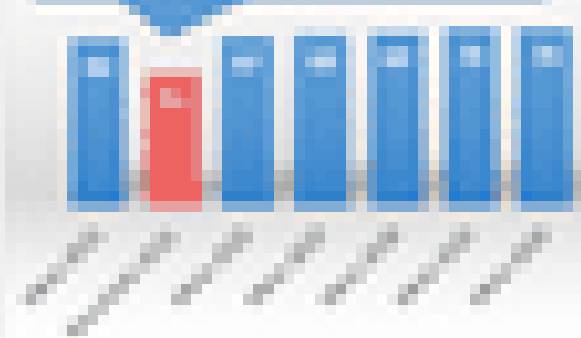


Participar de, pelo menos, 2 iniciativas de trabalho colaborativo com outros órgãos do Judiciário, entre 2015 e 2020.

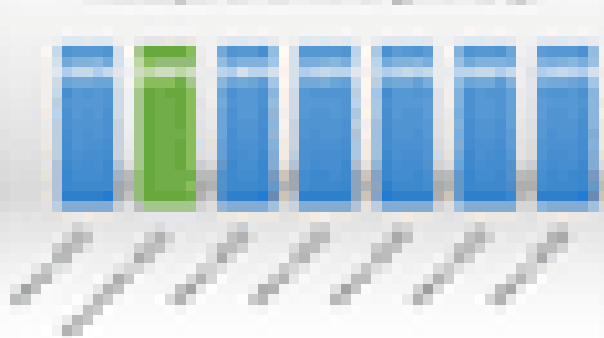


Alargare o total de empréstimos no Brasil (R\$ 200-250B)

Alargar o acesso ao crédito para o pequeno empresário



Alargar o acesso ao crédito de empresas brasileiras em relação ao crescimento do produto de governo



Fortalecer a rede nacional de crédito para as pequenas empresas e para as empresas de médio porte



Fortalecer a rede de crédito de empresas de médio porte e de grandes empresas

Fortalecer a rede de crédito de empresas de médio porte e de grandes empresas



Fortalecer a rede de crédito de empresas de médio porte e de grandes empresas

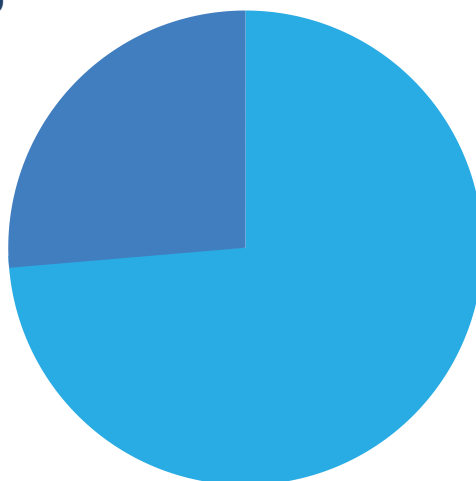


Montantes de Recursos aplicados em T.I

Os recursos aplicados em TI foram de R\$ R\$ 1.854.348,97, sendo R\$ R\$ 1.365.762,35 para custeio e R\$ R\$ 488.586,62 para investimentos.

Investimento

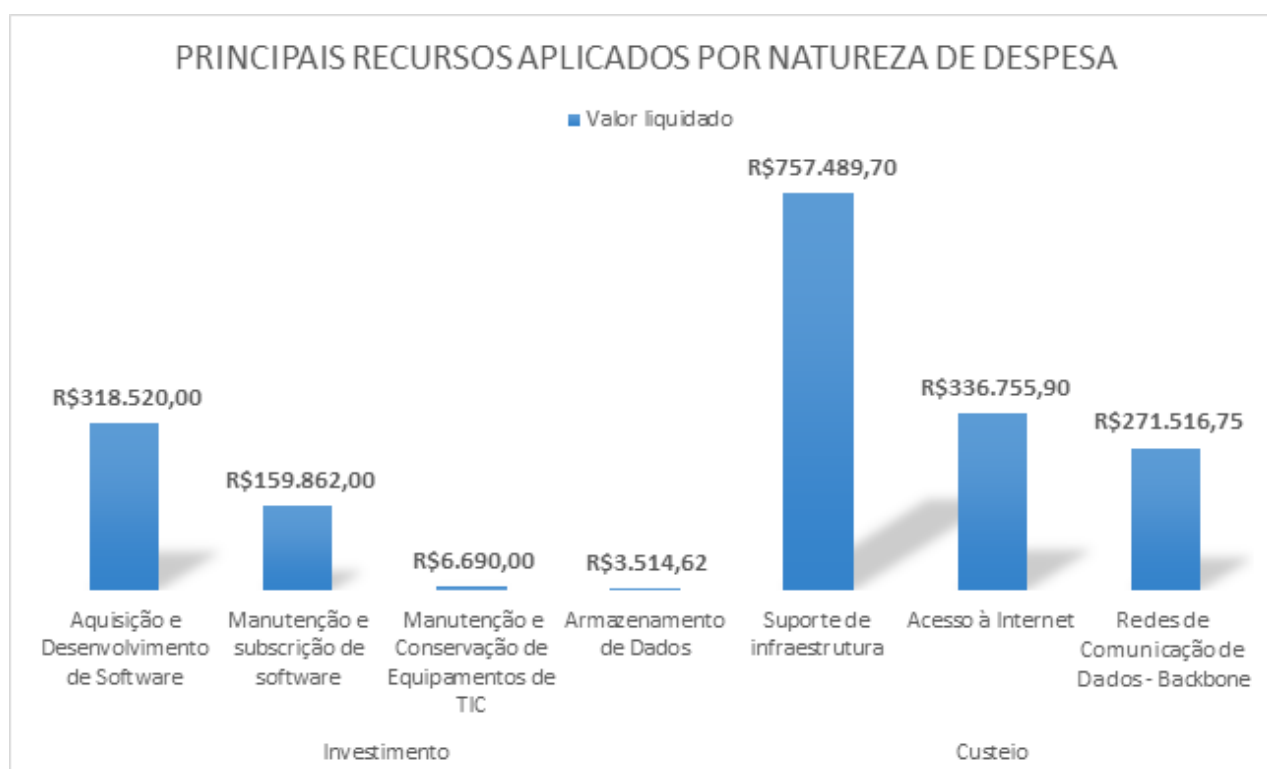
26.3%



Custeio

73.7%

Quanto à natureza orçamentária da despesa, os gastos foram realizados conforme distribuição abaixo.



Segurança da Informação

Em 2021 a Justiça Eleitoral, através do TSE, atualizou a Resolução TSE 23.501/2016 e passou a adotar a Resolução 23.644/2021 para dispor a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito da Justiça Eleitoral.

O TRE-AP iniciou em 2021 os estudos para publicação de nova Resolução para substituir a Resolução TRE-AP 510/2017, que estabelece sua política de segurança da informação no âmbito da Justiça Eleitoral do Amapá. A atualização foi realizada e nos primeiros dias de 2022 submeteu ao Pleno do Tribunal a nova Política de Segurança de Informação do TRE-AP, disposta no processo SEI 0003005-64.2021.6.03.8000.

Conforme já mencionado no quadro de iniciativas, foram adotadas ações para o fortalecimento da segurança da informação do TRE-AP, entre elas:

- Implementação de controles de segurança da informação adicionais em todas as aplicações que estão disponíveis na Intranet do TRE-AP.
- Implementação de controles de segurança da informação adicionais nas aplicações que estão disponíveis no Portal de Internet do TRE-AP.
- Normatização do Processo Gestão de Incidentes de Segurança da Informação
- Normatização do Processo Gestão de Vulnerabilidades de Segurança da Informação
- Proposição de nova Política de Segurança da Informação (PSI)
- Proposição de Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas

Em 2021, visando atender às disposições apresentadas, principalmente, pela Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e pela Resolução CNJ Nº 363/2021, que estabelece medidas para o processo de adequação à LGPD, o TRE-AP criou e executou plano de ação com iniciativas para adequação do Tribunal à LGPD. Entre elas, foram concluídas as seguintes iniciativas:

- Proposição de Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas
- Proposição de nova Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais
- Atualização do Grupo de Trabalho para Adequação à LGPD
- Criação do Comitê Gestor de Proteção de Dados
- Identificação e delimitação das competências dos atores envolvidos na implantação e operação da política de privacidade (encarregado, operador e controlador)
- Conscientização sobre LGPD
- Capacitação em Segurança da Informação e Proteção de Dados
- Mapeamento inicial dos dados pessoais
- Criação e disponibilização no portal do TRE de formulário para o exercício de direitos dos titulares de dados pessoais
- Criação de avisos de privacidade
- Criação da Política de Privacidade de Navegação no Portal de Internet

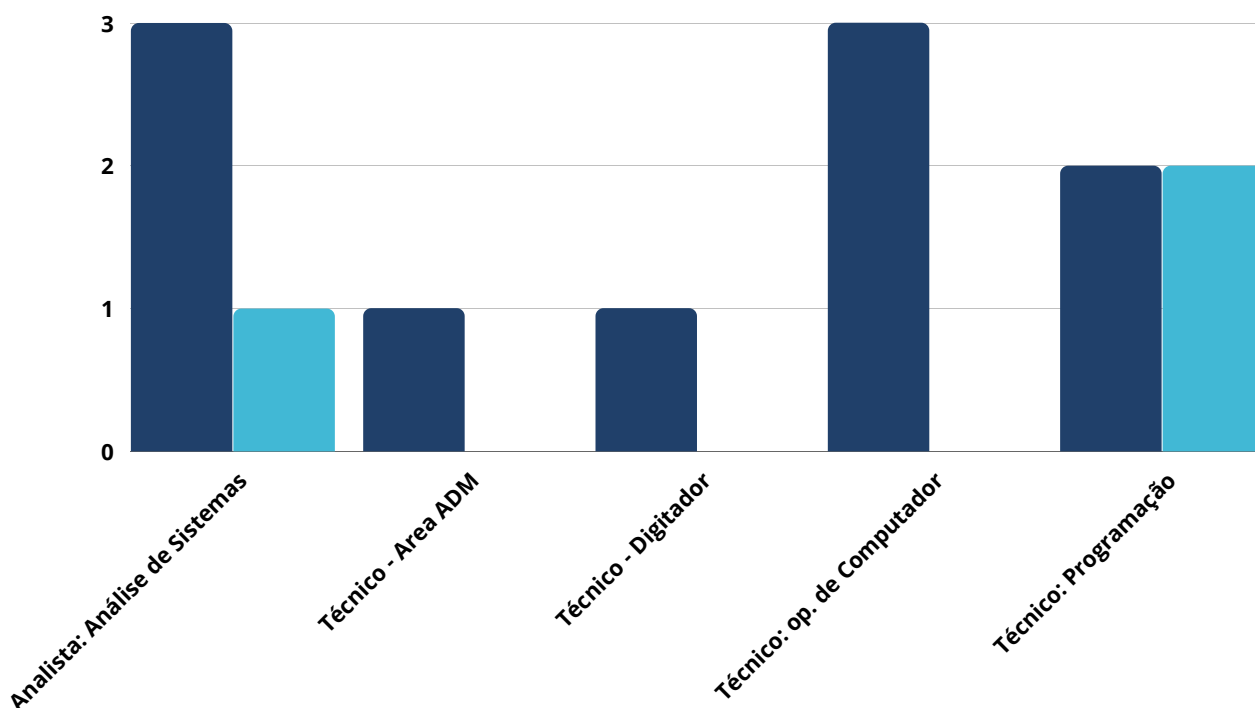
Por fim, destaca-se ainda treinamento específico para Tratamento de Incidentes Cibernéticos realizado por membros da ETIR, prevista na Portaria TRE-AP nº244/2018, que institui a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (SEI 0301441).

Principais desafios (dificuldades, fraquezas e riscos)

Em linhas gerais, os principais desafios encontrados pela Secretaria de Tecnologia da Informação permanecem similares àqueles encontrados no ano anterior. No geral, as principais dificuldades estão relacionadas à:

- Dificuldade no cumprimento das exigências das instâncias de controle, que são genéricas e desproporcionais ao aparato administrativo da STI, as quais implicam na alocação de recursos de pessoal e financeiros e na celeridade dos serviços prestados;
- Baixo orçamento para capacitação. No mesmo ano, poucos servidores recebem treinamento, o que pode ocasionar execução inadequada das atividades técnicas e gerenciais de TI; utilização tecnologias ou metodologias obsoletas; aumento de dependência de serviços terceirizados;
- Inexistência de unidade ou equipes específicas para tratamento de diversos temas de Tecnologia da Informação, conforme estudo detalhado em Relatório apresentado pela STI (Processo SEI 0001394-47.2019.6.03.8000 - ID SEI 0530927).
- Carência de pessoal na área de Tecnologia da Informação, conforme estudo detalhado em Relatório apresentado pela STI (Processo SEI 0001394-47.2019.6.03.8000 - ID SEI 0530908);

Especificamente sobre os dois últimos itens acima, relacionados à falta de pessoal e de unidades na STI, ressalta-se que em 2021 foram realizados novos levantamento sobre estes dois tópicos, os quais concluíram pela carência de pessoas e unidades na STI do TRE-AP. Em relação ao pessoal, foi demonstrado que seriam necessários 19 servidores de TIC (cargos especializados) no quadro permanente de TIC lotados na STI, sendo que, em 2021, existiam somente 09 servidores do TRE-AP.



Para reduzir o *gap* de pessoal apresentado, o TRE-AP realizou a conversão de dois cargos de técnico judiciário – área de segurança – para a área de operação de computadores.

Ações Futuras

- Fortalecimento da Governança de TIC
- Realização das ações previstas no PDTIC 2021-2026
- Participação na criação do Plano de Transformação Digital do TRE-AP
- Participação na criação do Plano de Continuidade de Negócios do TRE-AP
- Institucionalização da Gestão de Riscos de TIC
- Criação de planos de ação para atendimento das Resoluções que impactam nas atividades de TIC.
- Institucionalização de nova Política de Segurança da Informação e normas correlatas
- Fortalecimento da Segurança da Informação através da realização das ações prevista na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral
- Adoção de campanhas de conscientização sobre melhores práticas de segurança da informação
- Mapeamento de processos de Tecnologia da Informação
- Implantação de Infraestrutura para colaboração em nuvem

Conformidade legal e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades

Está UJ (unidade jurisdicionada) com o objetivo de maximizar os recursos disponíveis e prestar o melhor retorno social busca executar uma prestação de serviços aos cidadãos em geral com ótimo atendimento; e para tanto proporciona aos seus colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) e usuários (leitores e público em geral) condições adequadas de trabalho utilizando-se das premissas contidas nas normas que regulam a esfera da gestão patrimonial (Lei 4320/64, NR 17 – ergonomia, IN 001/2016-TRE/AP).

Buscando manter a excelência e a correta execução dos procedimentos realizados e, ainda, evitar falhas no acompanhamento de processos e procedimentos relacionados ao controle patrimonial e de compras desta UJ, utilizamos sistemas de controle de Atas de Registros de Preços (COMPRASNET – MODULO CONTRATOS). Há ainda a segregação de funções, respeitada nos três estágios da despesa pública (o empenho, a liquidação e o pagamento, são executados por servidores distintos em setores distintos), além da conformidade contábil e documentação que confere a exatidão dos documentos bem como a correta classificação contábil dos atos e fatos contábeis pertinentes a gestão patrimonial.

Na gestão de controle de aquisição de material consumo adotamos o controle do estoque mínimo como indicativo do momento mais adequado para iniciarmos os processos de aquisição. Tal procedimento dá segurança à administração para que não falte itens do estoque, maximizando recursos na aquisição de itens realmente necessários, evitando-se desta forma desperdícios.

Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades

5.2. Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)

Dentre os investimentos realizados no ano de 2021, os mais relevantes foram:

(1) a aquisição de geradores de energia.

(2) a aquisição de equipamentos de informática e softwares: para garantir a infraestrutura tecnológica adequada às atividades judiciais, administrativas e eleitorais, tanto da Sede do Tribunal como das Zonas Eleitorais, renovando o parque computacional. Assim como a aquisição de software, para modernizar o conjunto de licenças de software utilizados pela Seção Desenvolvimento de Sistemas, objetivando suportar as demandas de responsabilidade da unidade;

(3) Aquisição de veículos: Pela geografia do Estado do Amapá com muitos lugares de difícil acesso e por termos boa parte das rodovias sem asfaltamento há a necessidade de uma gestão de frota de veículos sempre atenta em manter os automóveis em bom estado de conservação e, por consequência, funcionamento. Com esse intuito foi realizada a aquisição de veículos, sendo que foram entregues veículos já em uso por este Tribunal como parte do pagamento, gerando economia na execução do orçamento do ano de 2021.

CONTA	INVESTIMENTO
SOFTWARES	213.700,00
EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	104.820,00
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	420.000,00
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	14.715,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	99.890,00
EQUIPAMENTOS P/ AUDIO, VÍDEO E FOTOS	6.634,50
TOTAL	859.759,50

Desfazimento de ativos

Os desfazimentos realizados em 2021 foram resultado de intenso trabalho de avaliação de bens para verificar as reais necessidades da UJ, a determinação do estado físico dos mesmos (bens irrecuperáveis e ociosos na grande maioria) e da renovação do mobiliário geral ocorrido.

Conta	Valor Bruto	Depreciação	Valor Líquido
Bens Móveis	423.165,02	279.004,08	144.160,94

Locação de imóveis e equipamentos

Esta UJ não tem equipamentos ou imóveis locados

Mudanças e desmobilização relevantes

Não houveram no ano de 2021.

Depreciação de Imóveis

Os valores dos imóveis e respectivas depreciações foram extraídos dos sistemas SIAFI e SPIUNET

Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução no 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no §30 do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, Lei

Complementar no 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, Lei no 14.116, de 31 de dezembro de 2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria no 90/2014 do Tribunal de Contas da União — TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder

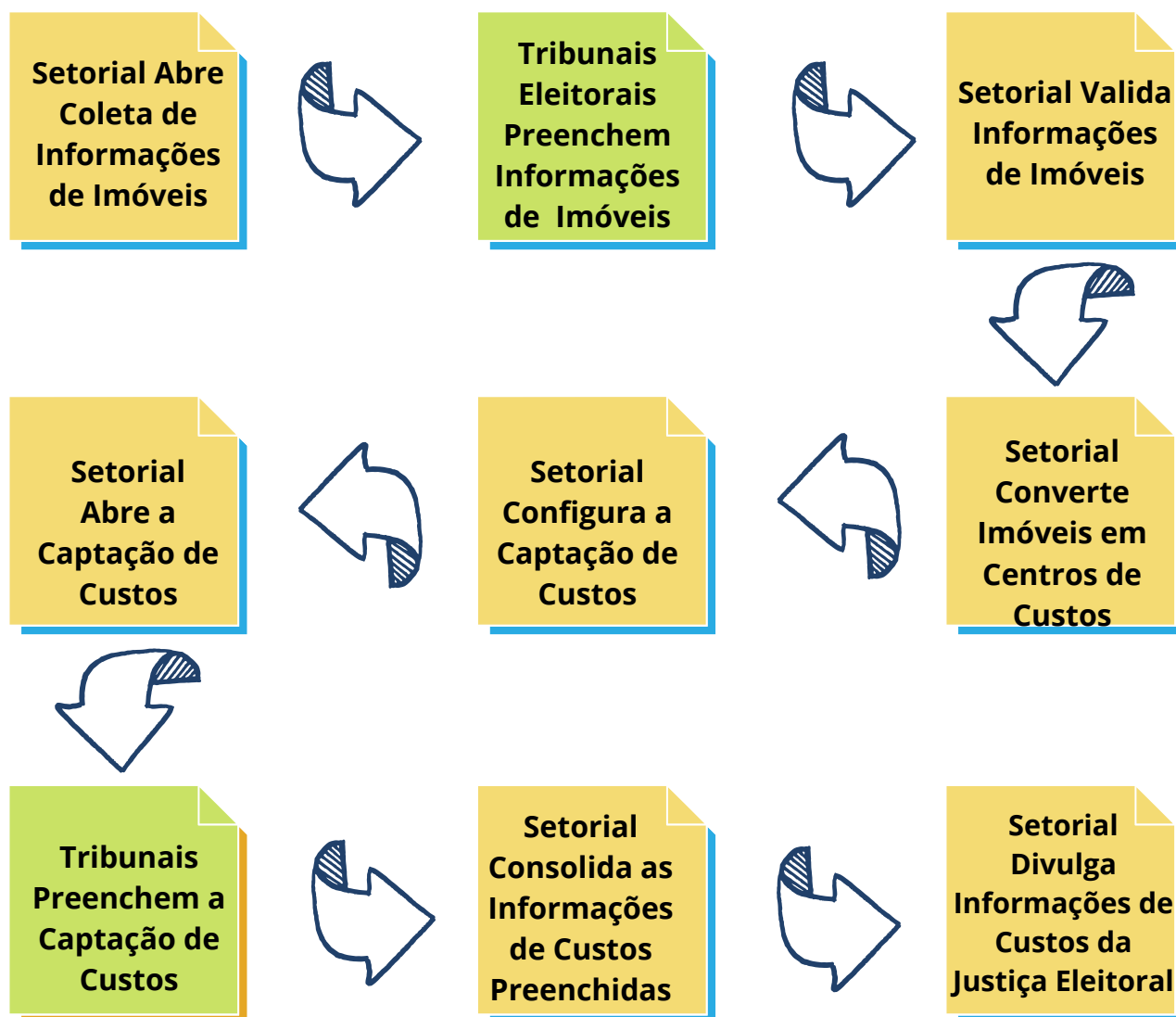
Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria no 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada "Sistema de Informações de Custos do Governo Federal — SIC". A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado "Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos — SIGEC", no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade — SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: "Itens de Custos" e "Atividades/Serviços".
No eixo dos "Itens de Custos", procura-se responder à questão .Com o quê?' apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



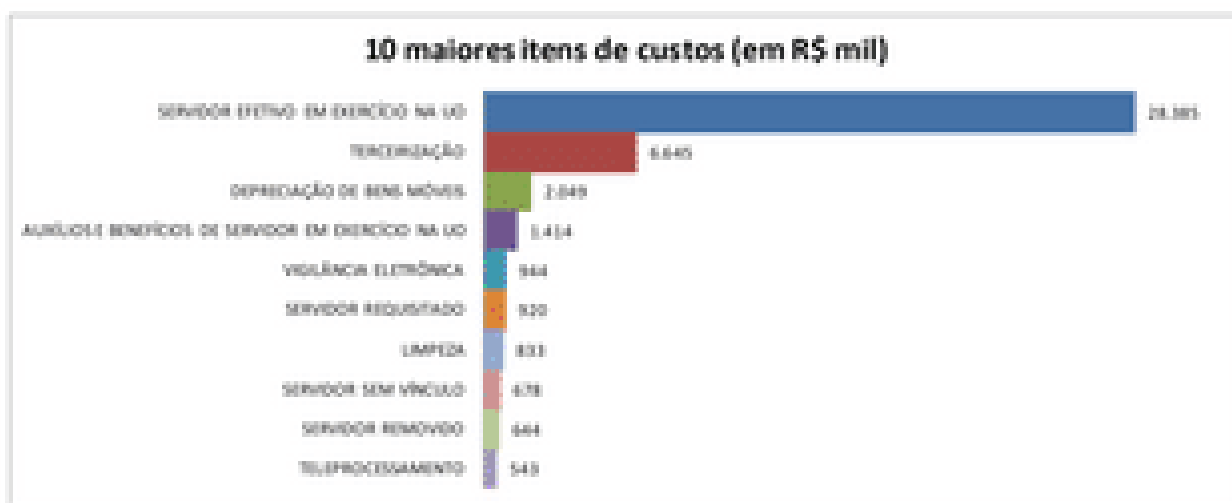
No eixo das "Atividades/Serviços", procura-se responder à questão "Para quê?", e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



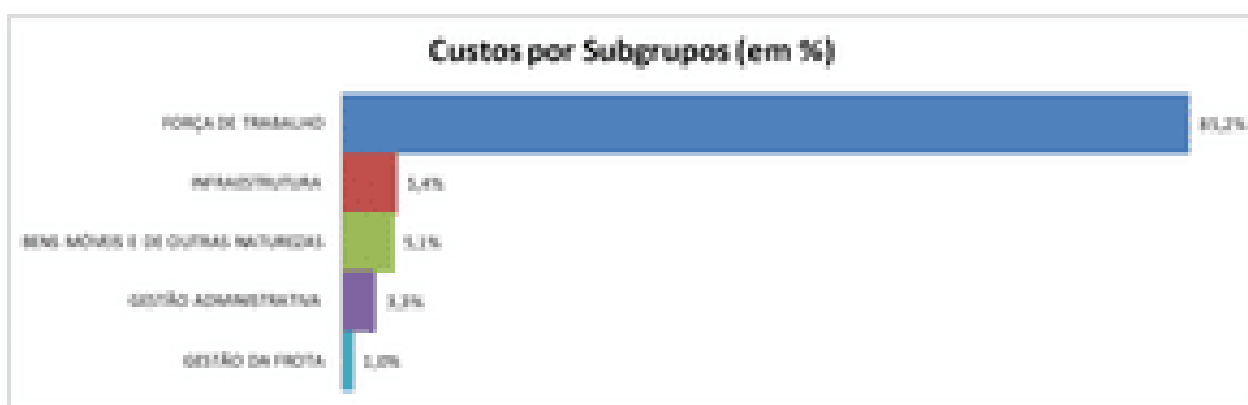
* Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

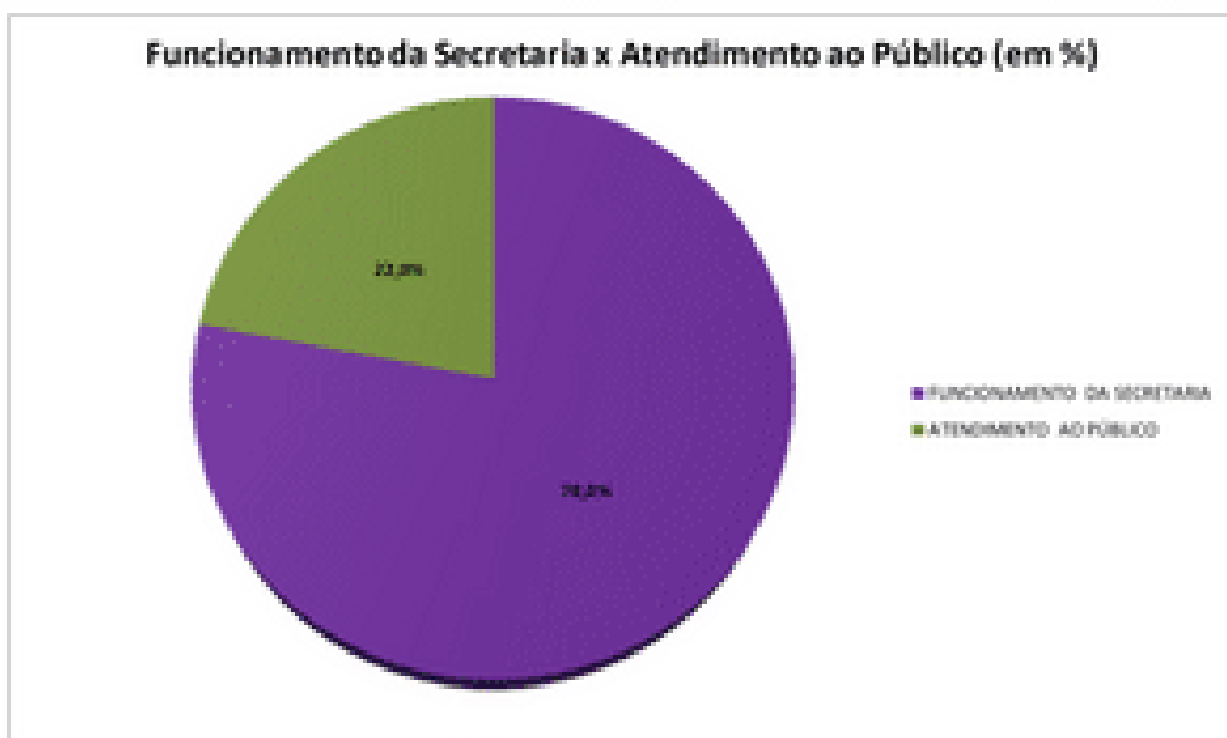
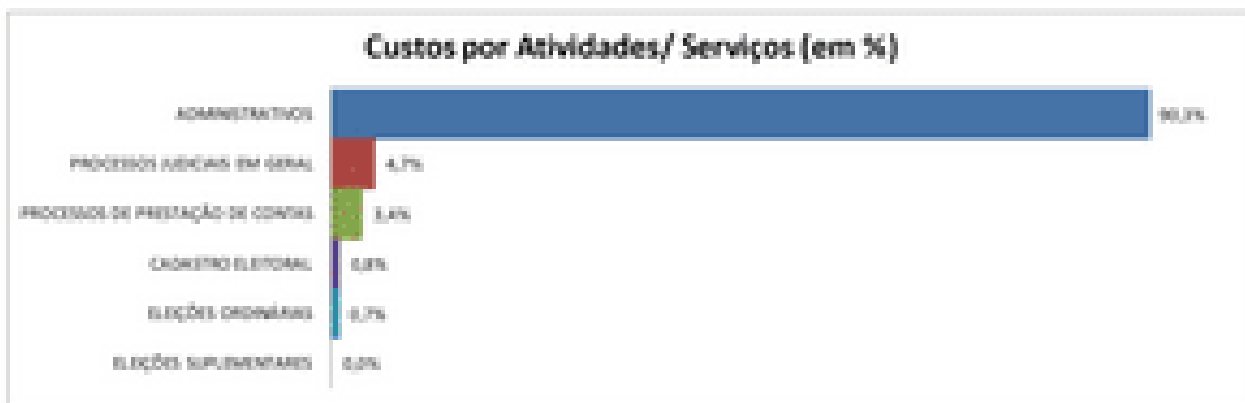
Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá no exercício de 2021, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



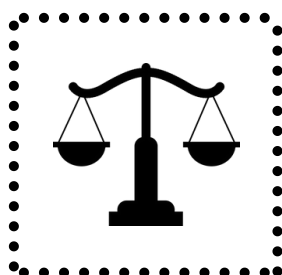
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:





Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Dados da Gestão Judiciária em 2021



Sessões Plenárias: 109

Sessões Virtuais:	Sessões Híbridas:
Administrativas: 30	Administrativas: 01
Judiciais: 73	Judiciais: 01
Solenes: 03	Solenes: 01



Quantidade de Acórdãos: 140
Quantidade de Resoluções: 11

Impactos da Pandemia e Medidas para Continuidade dos Serviços

Com a pandemia, a unidade adotou medidas e ferramentas novas para dar continuidade às atividades. Assim, a necessidade da rápida adaptação à nova forma de exercer as atividades, em um ambiente de trabalho virtual, foi o maior impacto causado pela pandemia.

A utilização de novos canais de comunicação com o público, membros da Corte e servidores, notadamente as redes sociais, a realização de sessões por videoconferência e a utilização do trabalho remoto pela maioria dos servidores da unidade, foram as principais medidas tomadas para a continuidade dos serviços durante o período da pandemia.

A utilização de novos canais de comunicação causou um impacto positivo, uma vez que possibilitou um alcance maior para o público, dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, a exemplo da participação virtual de advogados de outros Estados nas sessões de julgamento. Por outro lado, o longo período de distanciamento afetou negativamente as ações de capacitação de pessoal, bem como as relações interpessoais no trabalho, porquanto impossibilitou a realização de ações de capacitação e eventos comemorativos.

Estatísticas Processuais

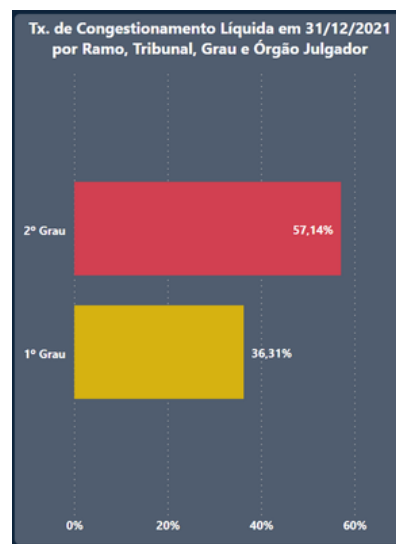
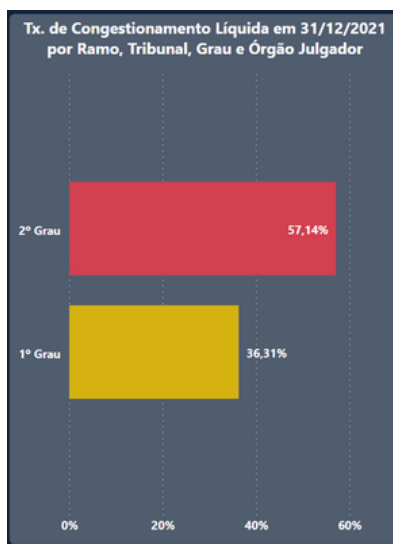
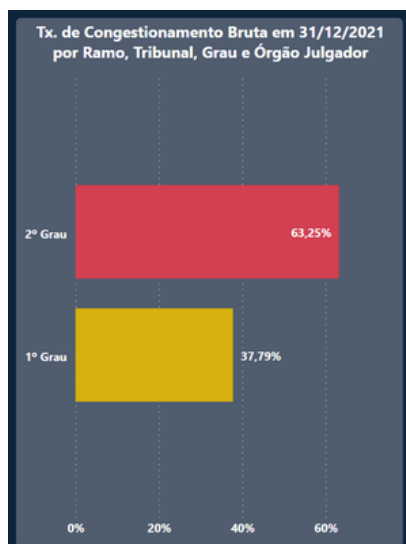
Gestão Processual

Dados até 31/12/2021					
Novos em 2021	Julgados em 2021	Baixados em 2021	Conclusos em 31/12/2021		
312	2.539	2.387	249		
Pendentes em 31/12/2021			Para despacho	Para decisão	Para julgamento
1.674			0	249	0
Suspensos e arquivados prov.	Pendentes liquidados		Para admiss. recursal	Sem especificação	Há mais de 50 dias
160	1.514		0	0	147

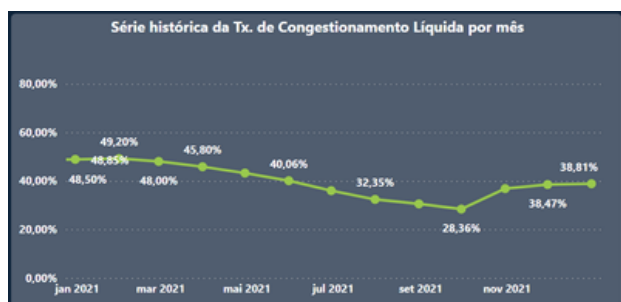
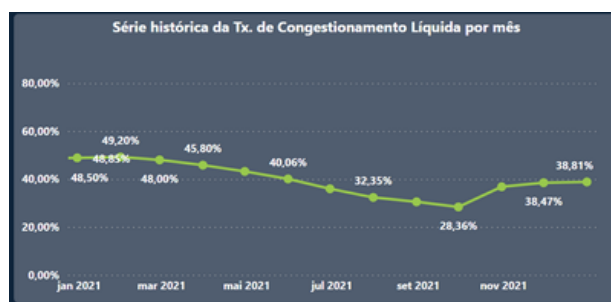
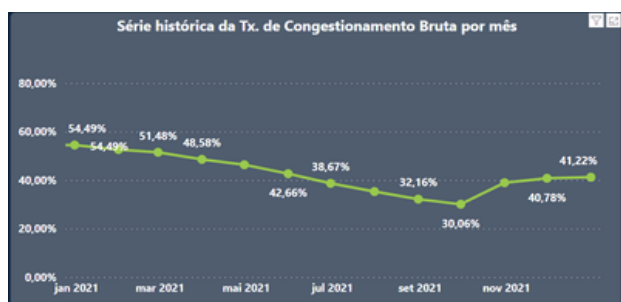
Produtividade

Dados até 31/12/2021			
Decisões em 2021	Despachos em 2021	Audiências em 2021	Sem movimentação há mais de 50 dias
494	5.895	0	682
Liminares em 2021	Audiências conciliatórias em 2021		5% mais antigos por Órgão Julgador
4 Deferidas	12 Indeferidas		59

Indicadores: a) Taxa de Congestionamento (bruta/líquida) e Índice de Atendimento à Demanda



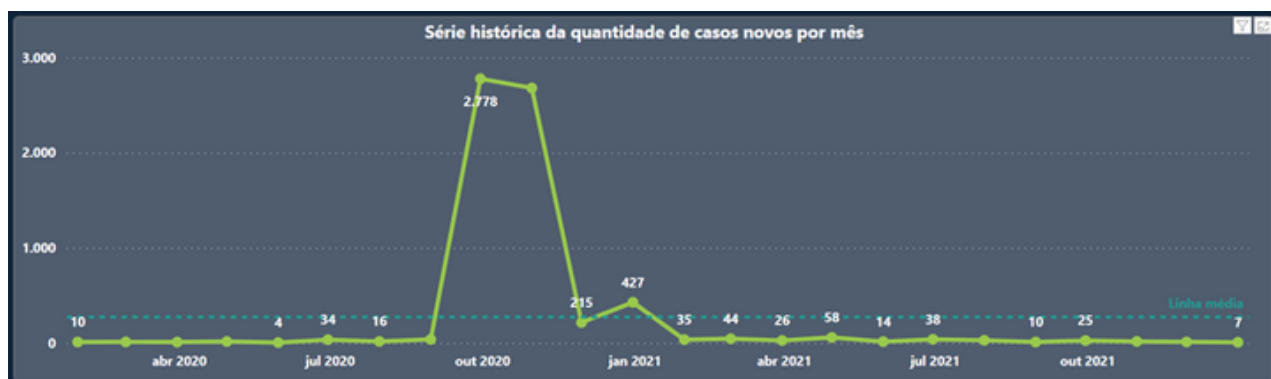
Indicadores: b) Série histórica - Taxa de Congestionamento (bruta/líquida) e Índice de Atendimento à Demanda



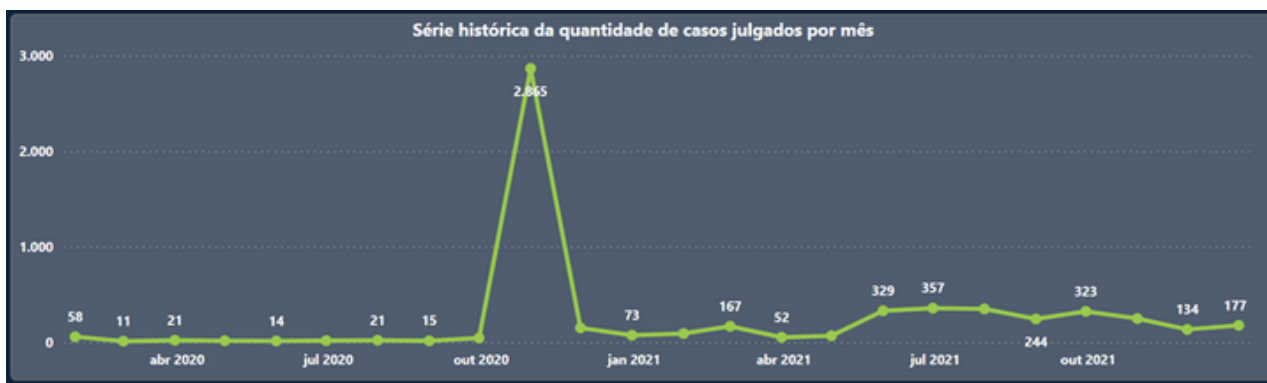
Tempo Médio de Julgamento



Série histórica: Quantidade de Casos Novos



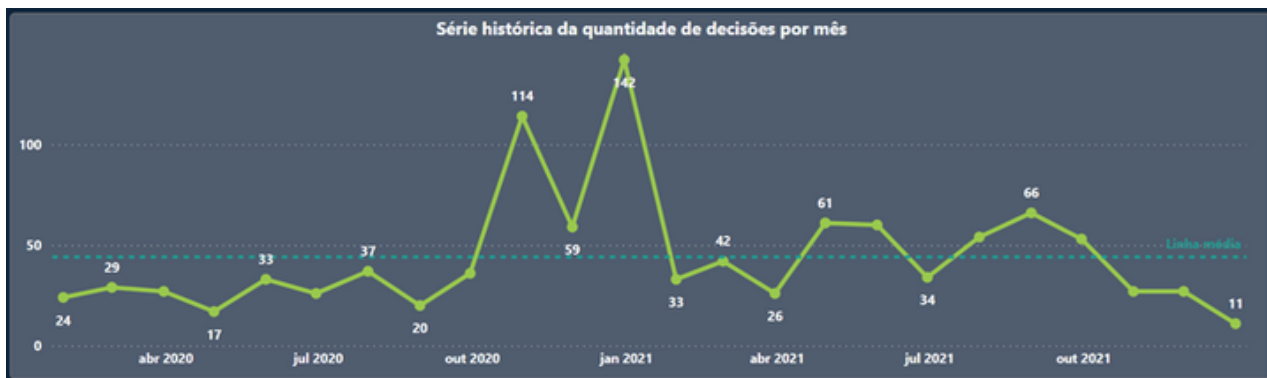
Série histórica: Quantidade de Julgados



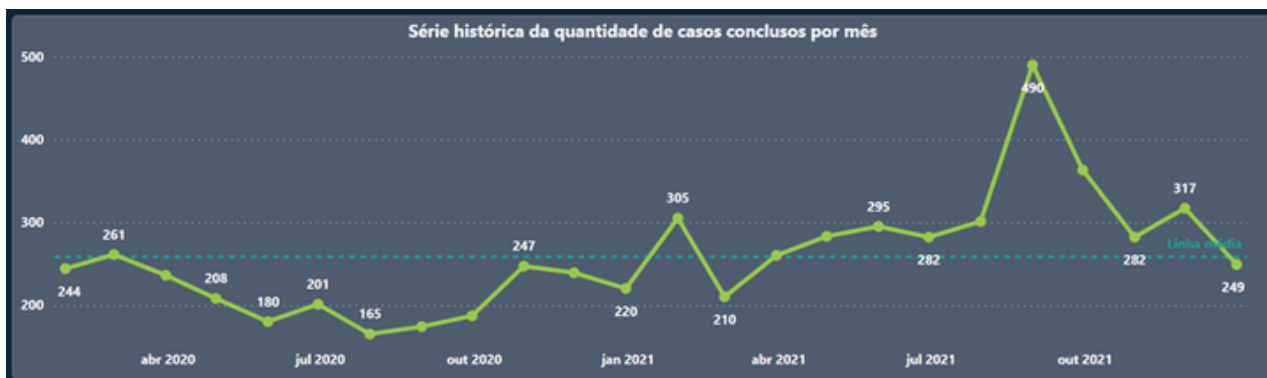
Série histórica: Tempo médio processo pendente



Série histórica: Quantidade de Decisões



Série histórica: Quantidade de casos conclusos



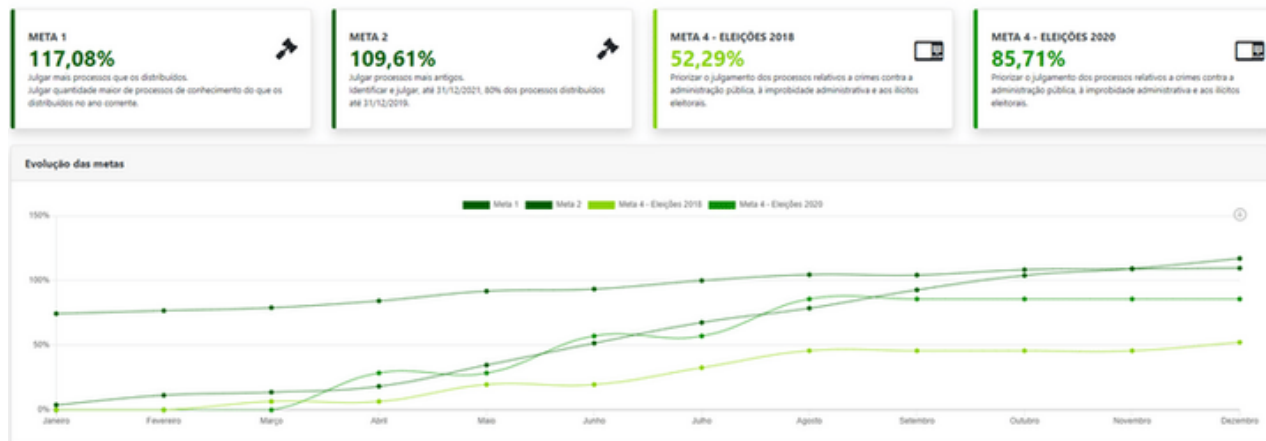
Estatísticas Processuais Gerais de 2021

Informações Extraídas do Sistema ATENA

Metas Nacionais

Metas 2021

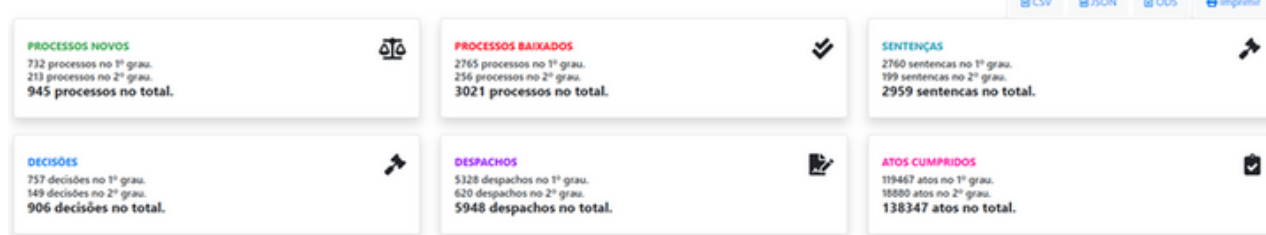
Filtro



Produtividade

Produtividade de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021

Filtro



Informações sobre os Partidos Políticos atuantes no Amapá

Com a Finalidade de fazer deste relatório o mais sucinto possível, colocamos as informações, relativas aos Partidos que atuam no TRE-AP, em *links* que podem ser acessados a partir desta página.

- [Relação dos Diretórios Partidários no Amapá](#) 
- [Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Anuais](#) 
- [Diretórios Estaduais que **NÃO** Prestaram Contas da Eleição](#) 
- [Diretórios Estaduais que Prestaram Contas da Eleição](#) 
- [Histórico da Prestação de Contas anuais dos Diretórios Estaduais](#) 

Ações Internas

Programa de Auxílio-Bolsa Estudo

O programa auxílio-bolsa de estudos visa custear aos servidores efetivos deste Regional 50% da mensalidade dos cursos de graduação e pós-graduação. No exercício de 2021 tivemos 3 servidores beneficiários, sendo 2 de pós-graduação e 1 de graduação. Do orçamento disponibilizado de R\$ 20.000,00 foram gastos R\$ 4.584,67. Foram ofertadas vagas para o 2º semestre de 2021, entretanto, não houve interessados. O saldo existente foi remanejado para outras capacitações ofertados pelo PAC.

Programa Estágio de Estágio

Visa à complementação de ensino-aprendizagem profissional e sociocultural de estudantes do nível médio e superior. Atualmente contamos com 34 vagas de nível superior e 05 de nível médio. No ano de 2021 se investiu aproximadamente R\$ 310.399,86. O orçamento disponibilizado foi de R\$ 411.000,00. É importante salientar que as vagas que foram surgindo em decorrência do término de contrato ou desligamento de estágio não foram preenchidas pelas unidades devido ao trabalho remoto o que dificultou a supervisão do estágio, conforme informado pelas unidades requisitantes. O saldo existente foi remanejado para a Secretaria de Orçamento e Finanças.

Plano Anual de Capacitação - PAC 2021

O PAC é uma metodologia utilizada por este Tribunal para que se alcance o objetivo estratégico. A elaboração do PAC é baseada no Programa Gestão por Competências e atua em 3 grupos de competências: organizacionais, gerenciais e específicas.

AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES EXECUTADAS	MAGISTRADOS E SERVIDORES CAPACITADOS
44	68	139

ORÇAMENTO	EXECUTADO
362.143,52	351.259,64

Projeto “Política e Cidadania: Responsabilidade de Todos” (Capacitação Para Membros de Partidos e Pretensos Candidatos)

A ação de capacitação ocorreu em novembro de 2021, no formato de lives, com duração de no máximo 2 horas, com o intuito de, com o intuito de chamar o público sobre as ações das Eleições Gerais de 2022. Foram ofertadas 5 (cinco) lives, abordando os seguintes temas: Tema I – Segurança do Processo Eleitoral; Tema II – Registro de Candidaturas; Tema III – Prestação de Contas; Tema IV – Propaganda Eleitoral e Tema V - Desinformação e Fake News. A capacitação destinou-se aos membros de partidos políticos e pretensos candidatos que concorrerão nas Eleições Gerais de 2022, como também, os servidores que atuam nesta Justiça Eleitoral. Os instrutores são os servidores efetivos deste Tribunal, todos com vasta experiência e conhecimento em cada assunto abordado.

Programa Eleitor do Futuro

Em virtude da suspensão das aulas presenciais, o ano de 2021 a redução das atividades foi significativa. Realizamos uma ação no Centro de Ensino Madre Tereza, com a Eleição de Representante de Turma e de Professor Conselheiro.

Projeto Caravana da Cidadania

Este projeto iniciou com foco na educação política dos jovens e o incentivo ao seu alistamento através de palestras, atividades lúdicas, exposição itinerante sobre os "500 Anos de Eleição". Entretanto, a Corregedoria Eleitoral do Amapá, através de seu Corregedor, Des. João Guilherme Lages Mendes, impulsionou as ações ministrando palestra aos jovens sobre Fake News, Segurança da Urna Eletrônica, Voto Impresso, Participação Feminina na Política e outros temas abordados surgidos no decorrer da palestra. Foi realizado também uma eleição sobre a confiabilidade da urna eletrônica, convidando a comunidade presente a votar na seguinte questão: “Você confia na Urna Eletrônica”. Se percorreu aos municípios de Amapá, Laranjal do Jari e Mazagão.

Projeto ABC da Cidadania – Formando Cidadãos e Transformando a Sociedade

O projeto integra as ações do Plano de Gestão, biênio 2021/2023, cujo objetivo é intervir em um processo de inclusão de grupos socialmente vulneráveis de processos de participação político-eleitorais, instrumentos fundamentais de consolidação da democracia e de transformação social. Firmou-se parcerias com as prefeituras de: Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Ferreira Gomes, Porto Grande, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Amapá, Calçoene, Oiapoque e Mazagão, com o intuito de promover a alfabetização dos eleitores analfabetos, os quais são excluídos do processo eleitoral. Foi ofertado aos professores do projeto capacitação, modalidade presencial, sobre a implantação do Projeto ABC da Cidadania com as orientações da metodologia para alfabetização de jovens e adultos e, ainda, os conceitos básicos sobre cidadania e a importância do voto.

LIVES

Uma das ferramentas bastante utilizada como forma de informar e capacitar os servidores e a sociedade em geral foi o canal do TRE/AP no You Tube, inclusive, firmando parcerias com outras instituições com intuito de ampliar a divulgação e aceitação dos eventos propostos. Foram realizadas lives abordando os temas: Voto em Branco, Voto Nulo e Anulável: O que é fato e o que é fake?; A importância do Nome Social para Pessoas Trans e Travesti; Desinformação & Fake News: Justiça Eleitoral zelando pela Democracia e TRANSformando a Democracia: meu nome, minhas lutas e conquistas.

Controle Interno

A Coordenadoria de Controle Interno do TRE/AP tem por missão institucional garantir uma gestão transparente, com foco na estrita observância das normas e princípios que norteiam as ações administrativas, em especial, nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, por meio da prevenção (acompanhamento e orientação) e da fiscalização (auditorias periódicas) dos atos de gestão e dos controles realizados pelos setores e agentes direta e indiretamente envolvidos na concessão da gestão administrativa, comprovando a legalidade e avaliando os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal.

As auditorias, normas e manuais de auditoria interna encontram-se disponíveis no seguinte endereço: <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-e-prestacao-de-contas>

Demonstrações Contábeis

Site: [https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis?](https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis?SearchableText=demonstra%C3%A7%C3%B5es%20cont%C3%A1beis)

[SearchableText=demonstra%C3%A7%C3%B5es%20cont%C3%A1beis](https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis?SearchableText=demonstra%C3%A7%C3%B5es%20cont%C3%A1beis)

no supracitado endereço eletrônico é possível encontrar as seguintes informações relativas às Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá:

Demonstração dos Fluxos de Caixa Anual 2021;

Demonstração das Variações Patrimoniais Anual 2021;

Balanço Patrimonial Anual 2021;

Balanço Orçamentário Anual 2021;

Balanço Financeiro Anual 2021;

Notas Explicativas.